

CLÁUDIA REGINA DE SOUZA PEREIRA SEVERO

**TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NA “COMUNIDADE VOLTA DE CIMA”
(ITAJAÍ/SC): TENSÕES ENTRE O RURAL E O URBANO**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental.

Orientadora: Profa. Dra. Isa de Oliveira Rocha

Florianópolis – SC

2018

Autorizada a reprodução e a divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Disponível também em formato eletrônico.

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Severo, Claudia Regina de Souza Pereira
TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NA ?COMUNIDADE
VOLTA DE CIMA? (ITAJAÍ/SC): TENSÕES ENTRE O RURAL
E O URBANO / Claudia Regina de Souza Pereira Severo. --
2018.
89 p.

Orientadora: Isa de Oliveira Rocha
-- Selezione -- (mestrado) -- Universidade do Estado de
Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação,
Programa de Pós-Graduação -- Selezione --, Florianópolis,
2018.

1. Planejamento Territorial Rural;. 2. CTM para a
?Comunidade Volta de Cima?. 3. Território Rural;. 4.
Expansão Urbana.. I. Rocha, Isa de Oliveira . II. Universidade
do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e
da Educação, Programa de Pós-Graduação -- Selezione --.
III. Título.

Universidade do Estado de Santa Catarina
Biblioteca Universitária da Udesc – BU
Av. Madre Benvenuta, 2.007 – 88035-001 – Florianópolis, SC
E-mail: bu@udesc.br
www.bu.udesc.br

CLAUDIA REGINA DE SOUZA PEREIRA SEVERO


**TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NA COMUNIDADE VOLTA DE CIMA (ITAJAÍ/SC):
TENSÕES ENTRE O RURAL E O URBANO**

Dissertação julgada adequada para obtenção do Título de Mestre/a em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental junto ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental – PPGPLAN-Profissional do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

Florianópolis, 16 de maio de 2018.

Banca Examinadora:

Presidente/a:




Profª Drª Isa de Oliveira Rocha
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:



Prof. Dr. Marcio Ricardo Teixeira Moreira
Instituto Federal de Santa Catarina

Membro:



Profª Drª Gláucia de Oliveira Assis
Universidade do Estado de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente a meus pais Yvette e Hermano, eternos incentivadores na minha luta para a construção de uma sociedade com menos desigualdades e mais justiça sociais, e presentes no meu constante aprimoramento intelectual.

Aos meus familiares, incentivadores na superação de cada obstáculo encontrado ao longo desta trajetória.

Aos amigos Eduardo Zanatta, Fabiana Silva, Laura Correa, Maria de Fátima Ignácio e Ricardo Lourenço Vilela, cúmplices desta jornada.

Aos colegas de turma!

À Profa. Dra. Isa de Oliveira Rocha – minha orientadora, dizer-lhe que o seu sábio silêncio, incentivou-me a retomar o prumo e reencontrar a meta inicialmente planejada – meu respeito!

À Profa. Dra. Gláucia de Assis Oliveira – por ter proporcionado grandes lições – gratidão!

À Profa. Dra. Vera Lúcia Nehls Dias – por ter ampliado e fortalecido meus horizontes e ideais – minha admiração!

Ao Prof. Dr. Pedro Martins – pela solidariedade – minha consideração!

Ao Prof. Dr. Francisco Henrique de Oliveira – por ter demonstrado a importância do Cadastro Territorial Multifinalitário, razão da abordagem do tema nesta pesquisa – minhas reverências!

À comunidade Volta de Cima, dedico este trabalho dizendo-lhes que valorizem suas raízes, pois:

“Um povo que não tem raízes acaba se perdendo no meio da multidão. São exatamente nossas raízes culturais, familiares, sociais, que nos distinguem dos demais e nos dão uma identidade de povo, de nação” (PEDROSO, 1999).

RESUMO

A presente pesquisa propõe trazer a reflexão e a discussão acerca da expansão urbana na zona rural na “Comunidade Volta de Cima”, na cidade de Itajaí (SC), posto que a mesma vem ocorrendo de forma desordenada, portanto incongruente com o instituído no Plano Diretor de Itajaí (SC) – Lei nº 94/2006. Trazer o tema para o Conselho de Gestão e Desenvolvimento Territorial de Itajaí (SC), espaço legalmente instituído pelo Estatuto da Cidade, onde discute-se e delibera-se acerca de questões inerentes às transformações socioespaciais do município de Itajaí/SC, e enfatizar a importância do tema, por meio da apresentação de imagens fotográficas e análise da atual formação territorial da “Comunidade Volta de Cima”, pois é cristalino que o território urbano vem se sobrepondo ao rural, trazendo também um breve debate para possíveis adequações culturais e sociais no uso do dito “imóvel rural” como unidade de referência espacial, de modo a buscar uma melhor inclusão social dos moradores desta comunidade, considerando que há escassez de dados estatísticos ou pesquisas públicas ao estudo de caso apresentado. Oportuniza-se também trazer a proposta para implantação do Cadastro Territorial Multifinalitário, como uma das possíveis soluções frente à miscigenação de espaços industriais, urbanizados e rurais da referida comunidade.

Palavras-chave: Planejamento Territorial Rural, CTM para a “Comunidade Volta de Cima”, Território Rural, Expansão Urbana.

ABSTRACT

The present research proposes to bring the reflection and the discussion about the urban expansion in the rural zone in the Volta de Cima Community, in the city of Itajaí (SC), since it has been occurring in a disorderly way, therefore incongruent with that established in the Master Plan of Itajaí (SC) – Law nº 94/2006. Itajaí (SC), a space legally established by the City Statute, where it is discussed and deliberated on issues inherent to the socio-spatial transformations of the Municipality of Itajaí / SC, and to emphasize the importance of the theme, through the presentation of the photographic images and analysis of the current territorial formation of the community "Volta de Cima" of the mentioned municipality, since it is crystalline that the urban territory comes overlapping the rural one, also bringing a brief debate for possible adjustments cultural and social aspects in the use of the said “rural property” as a unit of spatial reference, in order to seek a better social inclusion of the residents of this community, considering that there is scarcity of statistical data or public research to the presented case study. It is also appropriate to bring the proposal for implementation of the Multifinal Land Cadastre, as one of the possible solutions, facing the miscegenation of industrial, urbanized and rural areas of the said community.

Keywords: Rural Territorial Planning, CTM for the Community Volta de Cima, Rural Territory, Urban Expansion.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Localização do município de Itajaí (SC).....	20
Figura 02 – Evolução do crescimento populacional de Itajaí (SC).....	34
Figura 03 – Percentual comparativo do crescimento populacional de Itajaí, Santa Catarina e Brasil.....	34
Figura 04 – Percentual comparativo contagem populacional rural-urbano Itajaí, Santa Catarina e Brasil.....	34
Figura 05 – Mapa território rural e urbano de Itajaí (SC).....	37
Figura 06 – Macrozona transição rural-urbana “Comunidade Volta de Cima”.....	39
Figura 07 – Macrozona transição rural-urbana “Comunidade Volta de Cima”.....	39
Figura 08 – Imagem aérea da “Comunidade Volta de Cima”.....	41
Figura 09 – Imagem aérea da “Comunidade Volta de Cima” – empresas na localidade.....	43
Figura 10 – Imagem aérea da Empresa de Logística Conexão Marítima.....	44
Figura 11 – Altimetria 1 – Mapa Altimétrico – Destaque “Comunidade Volta de Cima”.....	47
Figura 12 – “Comunidade Volta de Cima” – Enchente em 1983.....	48
Figura 13 – “Comunidade Volta de Cima” – Enchente em 2001.....	49
Figura 14 – “Comunidade Volta de Cima” – Enchente em 2008.....	50
Figura 15 – “Comunidade Volta de Cima” – Enchente em 2011.....	51
Figura 16 – “Comunidade Volta de Cima” – Inundação por maré em 2013.....	52
Figura 17 – Mapa das sesmarias – Itajaí – Ano 1687.....	54
Figura 18 – Escola Municipal Rural Rosa Negreiros Cabral.....	55
Figura 19 – Escola Municipal Rural Rosa Negreiros Cabral comprova sua localização exatamente na volta do rio Itajaí-açu.....	56
Figura 20 – Escola Municipal Rural Rosa Negreiros Cabral – residências em pequenos lotes demonstrando a urbanização da comunidade.....	57
Figura 21 – Associação Esportiva Natalense Futebol Clube – Itajaí (SC).....	59
Figura 22 – Equipe futebol amador – Campeã 2015.....	59
Figura 23 – Igreja do Divino Espírito Santo – 1952 – festividades em homenagem ao Divino.....	61
Figura 24 – Igreja Comunidade do Divino Espírito Santo – 1966 – Festividades em homenagem ao Divino e reuniões Clube de Mães.....	62
Figura 25 – Comunidade Evangélica Ágape – 2006.....	63
Figura 26 – Vista parcial da “Comunidade Volta de Cima” com destaque para a empresa Conexão Marítima.....	65
Figura 27 – Imagem aérea do Estaleiro Fibrafort.....	66
Figura 28 – “Comunidade Volta de Cima”.....	67

Figura 29 – “Comunidade Volta de Cima”	68
Figura 30 – “Comunidade Volta de Cima”	68
Figura 31 – “Comunidade Volta de Cima”	69
Figura 32 – “Comunidade Volta de Cima”	69
Figura 33 – “Comunidade Volta de Cima”	70
Figura 34 – “Comunidade Volta de Cima”	70
Figura 35 – “Comunidade Volta de Cima”	71
Figura 36 – “Comunidade Volta de Cima”	71
Figura 37 – “Comunidade Volta de Cima” – malha urbana.....	72
Figura 38 – “Comunidade Volta de Cima” – malha urbana.....	72
Figura 39 – “Comunidade Volta de Cima” – casa que foi reduzida para dar espaço à construção da avenida.....	73
Figura 40 – “Comunidade Volta de Cima” – casa/bar em que se realizaram os relatos da pesquisa.....	73

LISTA DE SIGLAS

BCI – Boletim de Cadastro Imobiliário

BL – Boletim de Logradouro

CMDGT – Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial de Itajaí (SC)

CNIR – Cadastro Nacional de Imóveis Rurais

CTB – Cadastro Territorial Brasileiro

CTM – Cadastro Territorial Multifinalitário

IBGE – Instituto de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITR – Imposto sobre Propriedade Territorial Rural

MZTRU – Macrozona de Transição Rural Urbana

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

SDC (SC) – Secretaria da Defesa Civil de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
1 FORMAÇÃO SOCIAL, ECONÔMICA E ESPACIAL DE ITAJAÍ/SC.....	31
2 ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO RURAL DE ITAJAÍ/SC.....	45
3 PROPOSTA PARA IMPLANTAÇÃO DO CADASTRO TERRITORIAL MULTIFINALITÁRIO PARA A “COMUNIDADE DE VOLTA DE CIMA” – ITAJAÍ/SC.....	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS.....	85

INTRODUÇÃO

É indiscutível que no século atual vem crescendo a importância do debate acerca da necessidade de (re)planejar os espaços territoriais, considerando as atuais complexidades que se estabeleceram no modo de ocupação do uso do solo, pois ao conceituar urbano, observa-se que este extrapola a própria cidade em relação à cidade/rural, em decorrência de que “o espaço rural” possa ser definido em conformidade com sua relação com a “cidade”.

Assim, se por um lado a realidade estatística tem demonstrado o crescimento das cidades e metrópoles em decorrência da densidade populacional, e em contrapartida a população rural tem diminuído, esta lógica tem sido questionável para algumas regiões denominadas “de zona e/ou espaço rural”, como no caso na cidade de Itajaí/SC, pois segundo pesquisa elaborada pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística – IBGE (2010), a região rural apresentou na última década crescimento populacional, de 2%, contudo antes de adentrar ao tema é preciso trazer o conceito de zona urbana segundo o referido Instituto, que utiliza como base conceitual o Decreto Lei n. 311, de 02.03.1938, que dispõe sobre a divisão territorial do Brasil, constitui-se em um marco legal da diferenciação entre espaços rurais e urbanos no País, a partir do citado decreto, todos os distritos- sede de municípios passaram a ser classificados como cidades, enquanto as vilas seriam todas as sedes de distritos. Tudo o que estivesse fora deste enquadramento corresponderia ao rural. Caberia aos municípios estabelecer esta diferenciação, bem como definir os limites de cidades, vilas e, por consequência, das áreas rurais.

Portanto, o objeto da pesquisa funda-se, não especificamente, no incremento da área rural, mas da forma como este vem ocorrendo equivocadamente, pois a malha urbana e industrial vem se estendendo a zona rural, sem que haja qualquer adequação seja sob o aspecto legal do Plano Diretor de Itajaí/SC, quer seja na forma de tributação, ou até mesmo um estudo das consequências destas transformações socioespaciais na historicidade cultural da “Comunidade Volta de Cima”.

Para contrapor esta definição instituída pelo IBGE (2010), e da mesma forma com o INCRA, apresenta-se a conceituação para “zona rural”, trazendo o confronto do mapeamento da região instituído no dispositivo legal do município de Itajaí/SC, conforme dispõe na Lei nº 94 de 22 de dezembro de 2006 – Plano Diretor de Itajaí/SC.

Portanto, em termos práticos e conforme visualmente se apresenta, a zona delimitada por rural mantém-se em congruência com o conceito utilizado pelo IBGE (2010), portanto fica sob domínio do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), que será abordado nesta

A economia de Itajaí é sustentada pelo tripé porto, comércio atacadista de combustível, turismo e pesca, mas o setor de produção industrial também exerce importante papel na arrecadação do município, bem como a comercialização de gêneros alimentícios, possuindo ainda o maior produto interno bruto do estado e a maior renda *per capita* do estado (IBGE, 2010).

Segundo o censo do IBGE (2010), o município de Itajaí/SC apresentou sua população assim distribuída: na área rural na proporção de 9.921 habitantes (5,41%) e na área urbana na proporção de 173.467 habitantes (94,59%), totalizando 183.388 habitantes, apresentando, portanto um crescimento demográfico atípico, pois as atividades instaladas decorrem de indústria e outros serviços, que não decorrem das atividades agropecuárias.

A temática por mim proposta foi motivada e embasada não apenas na apresentação dos dados estatísticos divulgados pelo IBGE (2010) no que diz respeito ao aumento populacional da “Território Rural” de Itajaí/SC, mas também em decorrência da inexistência de informações específicas e oficiais acerca da destinação ocupacional do solo na referida região, pois observa-se visualmente e forma miscigenada (urbano e rural), trazendo o questionamento de que os referenciais estatísticos possam diferir da realidade.

Pelo exposto, fundamenta-se também que a presente pesquisa objetiva embasar a propositura de gestão territorial para a “Comunidade Volta de Cima”, do município de Itajaí/SC, trazendo com base na implantação do CTM, com fundamento na Legislação Federal, conforme dispõe a Portaria nº 511 de 7 de dezembro de 2009 – que instituiu as diretrizes para criação, instituição e atualização do CTM, para os municípios brasileiros, que no caso em tela representaria uma área de aproximadamente 1% do território município.

Destaca-se que a temática analisada poderá ser relevante para a comunidade, considerando que em recente diagnóstico realizado pela Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Itajaí, o secretário César Reinhardt assim se manifestou:

Como se pode perceber, as áreas rurais de Itajaí possuem demandas e necessidades similares às das áreas urbanas, tendo o município de Itajaí, uma realidade distinta de outros municípios do norte catarinense, onde o meio urbano se funde ao meio rural e agrário, possuindo práticas agrárias manifestando-se no espaço urbano, como por exemplo, o cultivo de hortaliças em hortaliças em um bairro urbanizado ou a existência de uma ou mais chácaras em uma zona urbana (CESAR REINHARDT, 2017).

Esta abordagem sobre agricultura urbana vem de encontro com a pesquisa realizada por Vinholi, no município de Itajaí, ao trazer a seguinte reflexão:

[...] que a expansão da cidade também interfere na dinâmica dos agricultores rurais, já que os mesmos habitam em regiões periurbanas consideradas segundo o Plano

Diretor, como rural, mas com características urbanas e possível conversão à mesma futuramente.

Destaca ainda que as dificuldades de expansão da agricultura urbana em Itajaí, elencadas por instituições públicas, organizações não governamentais e agricultores urbanos, relacionam-se de forma ampla, com ausência de uma política pública que reconheça e legitime estas práticas (VINHOLI, 2011)

Corroborando na construção do pensamento da importância das políticas públicas na ocupação territorial, Santos e Silveira abordam que o território é fruto de uma construção social, considerando portanto delimitações, reconstruções de contextos e noções de uso do território enquanto alicerce teórico, contudo para os autores o que torna-se relevante é discutir:

o território usado como sinônimo de espaço geográfico. E essa categoria, território usado, aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território. [...] O território, visto como unidade e diversidade é uma questão central da História humana e de cada país [...] A divisão territorial do trabalho envolve, de um lado, a repartição do trabalho vivo nos lugares e, de outro, uma distribuição do trabalho morto e dos recursos naturais (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

A importância em analisar determinado território advém da necessidade de diagnosticar de forma mais próxima à realidade e considerando que mudanças espaciais ocorrem de forma dinâmica, pois se contrário fosse seria inviável pensar na possibilidade de elaborar uma proposição de renovação da materialidade do território, quer seja fazendo uma ponte entre o território (perspectiva teórica) e a pesquisa jurídica, colocados na sequência como elementos constituintes das condições e eventos sócio ambientais, que possam ser possivelmente considerados relevantes para reordenar legalmente, se assim for demonstrado, de modo a trazer uma readequação para esta possível nova realidade.

Assim, pelo exposto, objetiva-se com esta pesquisa apresentar, além da historicidade da região, observar se de fato a “Comunidade Volta de Cima” – Itajaí/SC, em que pesem as limitações legais para urbanização da região, vêm apresentando forma controversa, um crescimento populacional, com características de áreas já urbanizadas, em detrimento de sua peculiaridade territorial, cuja denominação atem-se a “zona rural”.

Em tópico específico desta pesquisa pretende-se fazer uma apreciação acerca do crescimento populacional na área denominada “rural/ núcleo urbano” Município de Itajaí, do qual apontou um crescimento de aproximadamente 2% na última década, conforme dados do – IBGE, razão esta que motivou o projeto de pesquisa, trazendo uma breve reflexão sobre o modo pelo qual espaço geográfico vem se materializando sob o aspecto social, econômico, cultural e ambiental.

No capítulo 1, um breve relato sobre a “Comunidade Volta de Cima” – Itajaí/SC, trazendo informações históricas sobre suas primeiras modificações sócio espaciais por volta do ano de 1.785, cujo objetivo primordial era a colonização da região para exploração de práticas agropecuárias, para subsistência e exploração comercial, em virtude da proximidade com o atual rio Itajaí-açu, e remetendo até o atual cenário ocupacional, razão pela qual objetivou-se com a presente pesquisa, ao buscar informações, incitar reflexões e proposições para adequar a territorialidade sem que haja as divisões impostas pela legislação, dispondo que a referida Comunidade, possa ser conceituada como “zona rural” ou “zona urbana”.

No capítulo 2, a pesquisa objetivou apresentar a historicidade da “Comunidade Volta de Cima” – Itajaí/SC, como forma de diagnosticar por meio de relato e imagens, a nítida ocupação desordenada da região, de forma a trazer ao leitor a melhor compreensão dos fatos, que instaram na intenção de encontrar uma solução no que tange a sua classificação de ruralidade com expansão urbana, e de que forma propor o debate para possíveis soluções em forma de políticas públicas.

No capítulo 3, propor o debate, por meio de apresentação ao Conselho Municipal de Desenvolvimento e Gestão Territorial – CMDGT, a viabilidade de implantação do Cadastro Territorial Multifinalitário – CTM para a “Comunidade “Volta de Cima” – Itajaí/SC. Para tanto, estudar-se-á a natureza jurídica do CTM, de modo a também comparar com o disposto no Plano Diretor de Gestão e Desenvolvimento Territorial de Itajaí/SC, para a referida comunidade, considerando que a mesma é denominada Macrozona Territorial Rural – MTRU.

Assim sendo, e considerando a realidade socioespacial da “Comunidade Volta de Cima” – Itajaí/SC, é imprescindível que se efetue um estudo acerca dos fundamentos e conceitos do CTM, de modo a verificar a viabilidade ou não da propositura e sistematização para a implantação do CTM naquele território, buscando focar na aplicabilidade de suas funções básicas, no que diz respeito a função fiscal, de modo a regulamentar o recolhimento de impostos, posto que na atualidade todos pagam imposto rural, com a observância da função jurídica no que diz respeito à determinação dos direitos de propriedade e finalmente a função de planejamento, visto que o CTM poderá servir como modelo descritivo do espaço territorial, não apenas para a comunidade objeto da pesquisa, mas também para as demais comunidades que se encontram em situação similar no município de Itajaí/SC.

A pesquisa é embasada em diversos conceitos norteadores, sendo estes, imprescindíveis para fornecer subsídios no sentido de esclarecer as questões acadêmicas suscitadas no presente projeto, cujo objetivo é desmistificar ou não a necessidade de conceituar e delimitar os territórios como rurais ou urbanos.

Outrossim, não menos importante que a pesquisa foi fundamentada em visita técnica ao local, conversas com moradores e ainda com imagens fotográficas produzidas pela autora desta dissertação, e ainda algumas imagens extraídas do Google, que dispensa a autorização de direitos autorais.

O referencial teórico é baseado nos seguintes conceitos: território rural, planejamento territorial, formação espacial, gestão territorial, CTM.

A ênfase inicial é dada em torno da destinação do conceitual para “*zona rural e/ou agrícola*”, que segundo o Plano Diretor e Desenvolvimento Territorial do Município de Itajaí(SC) (2006), considera duas destinações específicas, para “*zona agrícola*”, a região destinada prioritariamente às atividades agropecuárias, e “*zona rural ambiental*”, a região destinada à atividade agrícola de baixo impacto ambiental e cultural, respeitando a fragilidade de seus terrenos.

Contudo, cabe questionar se, na atualidade a definição acima apresentada, mantém sua originalidade conceitual, pois há que se observar que muitos territórios nomeados como rurais, como na comunidade da presente pesquisa, vem apresentando uma sobreposição da malha urbana, quer seja, há espaçamentos onde o urbano e rural fundem-se, criando portanto uma divergência conceitual, ou mesmo, segundo Marques (2002), quanto ao modo de definir o que é rural, isto se deve a uma série de fatores que vão desde a forma diversificada em que esta realidade se apresenta no espaço e no tempo até as influências de caráter político-ideológico e os objetivos a que visam atender as diversas definições, pois os Estados estabelecem definições oficiais, classificando-os em rural e urbano para fins estatísticos e administrativos, trazendo portanto um dado estatisticamente equivocado, pois o mesmo não irá traduzir a realidade territorial, razão que não poderia ser utilizado de forma generalizada ou por definição legal.

Santos (1993) faz uma abordagem que vem de encontro com a proposta desta pesquisa, ao considerar que, a tradicional separação entre um Brasil rural e um Brasil urbano passou a não mais contemplar a atual realidade que rural e urbano não podem ser divididos, como se fossem duas realidades isoladas entre si e independentes, pois são partes integrantes de um todo e tais partes constantemente mantêm relações entre si. Todavia, o fato de apresentarem aspectos que os tornam comuns, não os transformam em um todo homogêneo, razão que invoca que é possível apresentar a implantação do CTM para a “Comunidade Volta de Cima” – Itajaí/SC.

Neste sentido, Lefèbvre (1986) menciona que o conceito de espaço rural, está cada vez mais envolvido pelo tecido urbano que, além das cidades, é constituído pelos espaços

construídos para a circulação das mercadorias e das pessoas. Afirma ainda que: “o campo é onde a natureza prevalece, a agricultura e outras atividades a modificam, mas não lhe retiram sua prioridade “geográfica”.

Tem-se que no Brasil, a partir da década de 1990, os geógrafos apresentaram a ideia de trazer ao debate um paradigma conceitual para o que é “rural”, estabelecendo-se a reflexão que ora se apresentava em perspectiva dicotômica, ora como *continuum*, ora como território relacionais, e neste viés, Silva (2003), manifesta que o importante é considerar que a relação existente entre rural e o urbano, não apenas como categorias inseparavelmente interligadas, e enfatiza: “o que distingue o rural do urbano não são necessariamente as diferenças espaciais, mas a forma como as relações sociais acontecem em ambos os espaços”.

É importante contextualizar o posicionamento de Marques (2002) ao identificar características que diferenciam de os dois meios urbano e rural, no que diz respeito a quesitos de ordem econômica, espacial social e cultural, conforme segue:

- (1) diferenças ocupacionais ou principais atividades em que se concentra a população economicamente ativa;
- (2) diferenças ambientais, estando a área rural mais dependente da natureza;
- (3) diferenças no tamanho das populações;
- (4) diferenças na densidade populacional;
- (5) diferenças na homogeneidade e heterogeneidade das populações;
- (6) diferenças na diferenciação, estratificação e complexidade social;
- (7) diferenças na mobilidade social e (8) diferenças na direção da migração (MARQUES, 2002).

A relevância deste destaque é decorrente, da conceituação oficial adotada no Brasil, pois o IBGE adota o critério político-administrativo, considerando urbana toda sede de município, e dispõe de suas características definidas de forma legal, e Marques, contrapõe e aponta no mínimo duas situações conflitantes, assim manifestada:

O primeiro é a ausência de um critério para classificação do espaço rural, o que levaria a ser definido a partir daquilo que não é urbano; o segundo diz respeito à autonomia dos governos municipais em delimitar até onde abrange o perímetro urbano, ficando sujeito aos interesses fiscais dos municípios. Verificamos ainda que o critério reforça a oposição rural- urbana, exprimindo a supremacia do urbano sobre o rural, acentuando as desigualdades territoriais, impostas pelas classificações contraditórias do Estado (MARQUES, 2002).

Outro referencial teórico a ser analisado na pesquisa é o conceito de formação sócio espacial a partir do pensamento de Santos, para melhor compreender que as práticas de “agropecuária” perpassam primeiramente a sua condição de formação econômica e social. Neste sentido, segundo o autor:

Modo de produção, formação social, espaço – essas três categorias são interdependentes. Todos os processos que, juntos, formam o modo de produção

(produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social (SANTOS, 2002).

É importante também trazer para análise desta pesquisa o referencial teórico acerca de territorialidade rural, considerando que a realidade de sobreposição da malha urbana sobre as zonas rurais, tem sido recorrente em várias cidades brasileiras, além da “Comunidade Volta Cima” no município de Itajaí/SC, e objeto da presente pesquisa, entre tantos fatores, além das constantes enchentes na região, contribuindo para a desistência do trabalho no campo e concomitantemente as desigualdades socioeconômicas contribuíram para o afastamento dos cidadãos da malha urbana, como alternativa de moradia mais barata, isto posto, retoma-se a ideia que neste projeto de pesquisa, é importante destacar o posicionamento de Graziano Silva, ao prelecionar que:

Na verdade, está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Mas isso que aparentemente poderia ser um tema relevante não o é: a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um “*continuum*” do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária. Em poucas palavras, pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural (GRAZIANO SILVA, 1997).

Assim, o autor enfatiza que as relações campo/cidade tornaram-se mais complexas. Um não pode ser entendido sem o outro, sem no entanto, significar que um foi incorporado pelo outro.

Neste viés, pontua-se o conceito norteador de planejamento territorial rural, como indispensável para compreensão do recorte teórico desta proposta de pesquisa, mas não sem antes compreender o que é território, e neste viés Santos, compreende “território” como sendo “[...] o chão da população, sua identidade, o fato de pertencer àquilo que nos pertence, sendo a base do trabalho das residências das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele flui” (SANTOS, 2002).

Na análise de Sepúlveda, o território surge como foco do desenvolvimento rural sustentável, que derivam da compreensão e formulação de políticas que garantam o desenvolvimento e corrijam as desigualdades rurais, portanto, segundo o autor, parte-se de um conjunto de aspectos diagnosticáveis do território que compreendem:

- a) as características da economia rural da região;
- b) a heterogeneidade espacial e socioeconômica do setor rural;
- c) a diversidade institucional e política dos espaços locais;

- d) a variedade de oportunidades e possibilidades regionais;
 - e) as diferenças ecológicas entre as unidades territoriais;
 - f) as interligações entre essas unidades e o restante da economia;
- (SEPÚLVEDA, 2002).

Referenda-se, portanto, que deriva desta compreensão, a formulação de políticas públicas locais, que possam garantir o desenvolvimento e corrijam as desigualdades territoriais rurais.

Atualmente debate sobre as relações rural e urbano, justificam-se pela urgência de entender essas categorias, para que os municípios elaborem seus planos diretores. O Estatuto da Cidade (2001 – art. 40, §2º), exige que os planos diretores considerem todo o município, tanto área urbana como rural, buscando a integração e a complementaridade entre as atividades desenvolvidas nesses dois espaços, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico do município e do território.

Kazuo Nakano, faz a seguinte reflexão:

Destaca a necessidade de construir a leitura do território rural segundo suas particularidades e funções estabelecidas, a partir de temas bem conhecidos do planejamento urbano – como, por exemplo, a distribuição da população no território local, os processos físico-naturais da paisagem, o desenvolvimento econômico, o saneamento ambiental –, mas com especificidades em relação à leitura tradicional do urbano. Isso porque as regras utilizadas para o planejamento urbano nem sempre são adequadas para o rural (KAZUO NAKANO, 2013).

Por fim, o propósito desta pesquisa, que é a proposta de gestão territorial para a “Comunidade Volta de Cima” – Itajaí/SC, por meio da implantação do CTM, trazendo nesta proposição o referencial teórico de Blachut, no sentido de que

o CTM pode ser entendido com um sistema de registro dos elementos espaciais que representam a estrutura urbana, constituído por uma componente geométrica e outra descritiva que lhe conferem agilidade e diversidade no fornecimento de dados para atender diferentes funções, inclusive o planejamento territorial (urbano e rural). (BLACHUT, 1974).

É importante destacar ainda que o autor supramencionado, traz a compreensão de que o CTM possui três funções básicas, e segundo este, estaria assim dimensionado:

Função fiscal, que se refere a identificação dos bens imóveis e o de seus proprietários com a finalidade de regulamentar o recolhimento de impostos;
Função jurídica, que se refere à determinação dos direitos de propriedade;
Função de planejamento, que está deslocando-se rapidamente para o ponto central das operações cadastrais, e como resultado disto o cadastro está adquirindo uma característica multifinalitária (BLACHUT, 1990).

Importante ainda considerar que o Brasil avançou em relação a regularização dos Cadastros de Imóveis Rurais, conforme dispõe a Lei nº 20.267/01, normatizando por meio de

Certificação de Cadastro de Imóvel Rural, onde prevê a obrigatoriedade dos serviços notariais mencionarem nas escrituras, informações sobre o imóvel, da mesma forma determinando a obrigatoriedade de que o INCRA seja informado e da mesma forma cabe ao INCRA encaminhar as referidas informações para averbação nos registros de imóveis, contudo considera-se que esse avanço, de certa forma, não contempla uma interligação com o Poder Público Municipal, tornando-se muitas vezes impeditivo para atualização das informações e consequente gestão territorial.

A pesquisa também trará a reflexão de que o CTM, poderá ser um relevante em termos de planejamento e gestão territorial, de modo especial na “zona rural da “Comunidade Volta de Cima” – Itajaí/SC, caso haja um amplo e democrático debate, que será relevante tanto para a comunidade que poderá ser incentivada a continuar praticando atividades de agricultura mesmo em pequenas propriedades, como para o poder público, pois ao possibilitar sua implantação, obriga-se a organizar as informações pertinentes às unidades imobiliárias, como condição *sine qua non*, para o planejamento e proposição de políticas públicas da cidade, pois o urbano, conforme já mencionando não está dissociado do rural, trazendo mais justiça social, ao implantar o Imposto Territorial Urbano – IPTU, por exemplo, para indústrias e comércios que estão alocados na região rural.

Todos os conceitos apresentados, em seu conjunto, são indispensáveis para a compreensão do recorte teórico na qual a pesquisa se desdobrará, que é a implantação do CTM para a “Comunidade Volta de Cima” – Itajaí/SC.

A importância de estabelecer a metodologia a ser aplicada, sua importância também decorre da necessidade de traçar qual método será utilizado de modo a alcançar os objetivos da pesquisa, assim além da necessidade de utilização de um conjunto formal e/ou técnico de proposições, que irão conduzir a pesquisa, se por um lado a teoria busca uma ordem e uma tentativa de ser compreendida, de modo a justificar a ideia central ou o que se objetiva com a pesquisa a ser realizada, facilitando na interação entre o pesquisador e os membros da comunidade, de modo que possam traçar o mesmo caminho de reflexão e ação.

Buscando trazer clareza dos cuidados metodológicos pesquisado por diversos autores, a abordagem aqui proposta é o “**método misto**”, pois pactuando com a visão de Creswell (2010), este método combina informações pré determinadas, trazendo as características das pesquisas quantitativas, com métodos emergentes das qualitativas, assim como questões abertas e fechadas, com formas múltiplas de dados contemplando todas as possibilidades, incluindo análises estatísticas e análises textuais. A opção pelo método misto, na presente pesquisa, foi decorrente da necessidade da coleta de diversos tipos de dados, especialmente

bibliográficos, estatísticos, mapas conceituais e ainda relato de morador, de modo a subsidiar um entendimento mais robusto ao problema a ser investigado, que é buscar a compreensão das modificações socioespaciais na “Comunidade Volta de Cima” e para viabilizar a proposição de alternativas de gestão territorial mais eficaz para a sociedade, bem como trazer uniformidade de ordem jurídica e justiça social, pois as mudanças socioespaciais são visíveis, portanto será utilizada imagens areográficas (fotografias), legislação pertinente como o estatuto da Cidade e o Plano Diretor do Município (1996) e os dados Estatísticos do IBGE (2010).

Diante da pouca disponibilidade de material bibliográfico, que vislumbresse especificamente relatos sobre a “Comunidade Volta de Cima” – Itajaí/SC a presente de pesquisa ficou uma pouco restrita, pois dados estatísticos aleatórios e contraditórios por parte do poder Público Municipal, e ainda existir somente um morador antigo na região, com poucas lembranças sobre a história da comunidade.

Portanto, o principal desafio desta pesquisa foi estabelecer e criar um ponto de partida, para futuramente viabilizar uma pesquisa mais profunda sobre o tema proposto e resgatar a importância da referida comunidade, no que tange as modificações socioespaciais, como modelo de resgate de sua historicidade local, e para tanto oportuniza-se destacar o pensamento de Spratt, Walker e Robison (2004), ao prelecionar que pesquisa quantitativa tem com base no teste de uma teoria com um olhar sobre o fenômeno social como algo objetivo, enquanto a pesquisa qualitativa utiliza uma abordagem buscando a emergência de uma teoria e considera o fenômeno social como algo construído pelas pessoas, razão esta que optou-se pelo “método misto”.

Isto posto, o método utilizado na presente pesquisa é dedutivo.

1 FORMAÇÃO SOCIAL, ECONÔMICA E ESPACIAL DE ITAJAÍ/SC

Inicialmente cabe discorrer que o processo de desenvolvimento histórico, geográfico e econômico de determinada região e/ou cidade e/ou bairro, é abstraído por meio da verificação de vários elementos, razão esta que precisam ser analisados de forma cautelosa, posto que a realidade não pode ser apreendida tão somente pelo espírito, mas necessariamente pelo contexto geral e de forma gradativa, nesta linha de pensamento Santos (1997) faz a seguinte abordagem: “só através de um ponto de vista holístico, é que se pode compreender a totalidade”, portanto seria inaceitável negligenciar qualquer uma das partes que compõe cada elemento sob pena de ter as informações incompletas e consequentemente incongruentes.

O autor supracitado traz ainda uma análise reflexiva suscitando que:

para apreender uma formação socioespacial deve observar essencialmente três aspectos: elementos do quadro natural e humano e suas respectivas determinações; relação entre sociedade e natureza em determinada base territorial historicamente determinada; e o conceito de formação sócio espacial pautado na qual os processos históricos tem suas particularidades históricas definidas. (SANTOS, 1997).

Buscando o referencial teórico acima mencionado para a realidade do município de Itajaí, D'Ávila (1982) referenda que foram os índios que assim a chamaram, tem-se que a forma de escrever este nome já experimentou diversas variações, como: “**Táa-hy**”, “**Tajahug**” e “**Itajaí**”. O caudaloso rio teve muitos nomes. Segundo o Padre Raulino Reitz, pesquisador e fundador do Instituto Herbário Barbosa Rodrigues, a primeira menção que se conhece ao rio Itajaí se encontra num trabalho do século XVII chamado *Costa do Governo do Rio da Prata até o Brasil*, feito segundo notícias de Emanuel Figueiredo, português, e Theodoro Reuter, holandês. Nesse trabalho referenda que “de uma baía que os portugueses chamam de Enseada das Garoupas [...] até o rio que os índios chamam de Tajahug até o S. Francisco o mesmo navegante conta 27 léguas”.

Em 30 de agosto de 1799, o autor destaca que segundo Costa Pereira, o mais antigo documento que se conhece já com a grafia de Itajahy (isto é, começando com “i” e não com “t”) é o requerimento em que Joaquim Francisco de Salles e Mello, governador da Fortaleza de Santo Antônio de Ratones, na Ilha de Santa Catarina, pede uma légua de terras em quadra no rio Itajahy-Merim “para neste lugar construir uma fábrica de açúcar para seu interesse e dos reais dízimos”.

A preocupação com a explicação mais acertada do seu significado já atravessa cem anos, envolvendo importantes estudiosos brasileiros e estrangeiros; todos eles trazem sua interpretação que, com poucas variações, tem sido "rio das pedras" ou "rio dos taiás".

Marcos Konder, que foi o primeiro historiador de nossa terra, quando estudou o assunto em sua obra *A Pequena Pátria*, deixou assinalada a sua concordância com a explicação “Itajaí – o rio do taiá”.

Também é possível associar a origem do nome à presença próxima da foz do Rio das Pedras, da Praia de Cabeçudas. Entretanto, esta elucidação merecia muita pesquisa ainda e, assim, concluiremos que é difícil chegar-se a uma certeza, que só os índios poderiam dar.

Tem-se ainda que o desencontro de informações decorre, certamente, das muitas maneiras com que se escreveu o vocábulo, até se fixar na forma atual – ITAJAÍ, após 1930.

Moreira (1995) enfatiza que “o grande era o interesse da Coroa em coninecer, na costa sul, “os recursos que poderiam prestar os portos nela situados”, contudo a autora destaca que a “formação social em emersão é forjada por grupos sociais que não dominavam livremente o processo produtivo, sendo na realidade “vassalos do rei”. A autora ainda destaca que no desempenho dessa função, Manoel Gonçalves de Aguiar, já no início do século XVIII, faz menção às terras do Itajaí, constando em seu relatório ser “o rio Taahy despovoado, sem morador algum”.

A abordagem remete que a ideia inicial decorreu da ausência de moradores na região, da atual Itajaí/SC, aliada às características geográficas, representariam um grande potencial para exploração mercantilista, assim Sonia enfatiza que das primeiras transformações socioespaciais foram decorrentes do porto natural, senão vejamos:

Contribuiu principalmente para essa expansão, a existência no rio Itajaí, na altura da confluência com o Mirim, como bem observou-se AUBÉ, de “um pequeno porto perfeitamente fechado, onde os navios (ficavam) em segurança”. A presença do “porto” natural é, certamente, um fator de atração ao intercâmbio entre o colono/posseiro do Itajaí e os moradores de Itapocoróia, incentivando, da mesma forma, a procura e a valorização dessas terras. O ancoradouro natural do Itajaí e o núcleo manufatureiro de Itapocoróia são, portanto, elementos espaciais que impulsionam o intercâmbio comercial no litoral centro-norte catarinense, podendo os agentes desse comércio marítimo expandir as relações mercantis, alcançando, mais ao norte, as terras do Itapocu, a vila de São Francisco, ou ainda, bordejando a costa, efetuar transações em pequenos portos que se sucedem em direção a Desterro como os de Garoupas (Porto Belo) e Tijucas (MOREIRA, 1995).

Por fim, Moreira (1995) reflete que, apesar da relativa distância da Ilha de Santa Catarina,

o principal porto e praça de mercado da província, as transações marítimas tendem a se expandir, constituindo fator favorável dessa expansão a presença, nas proximidades de

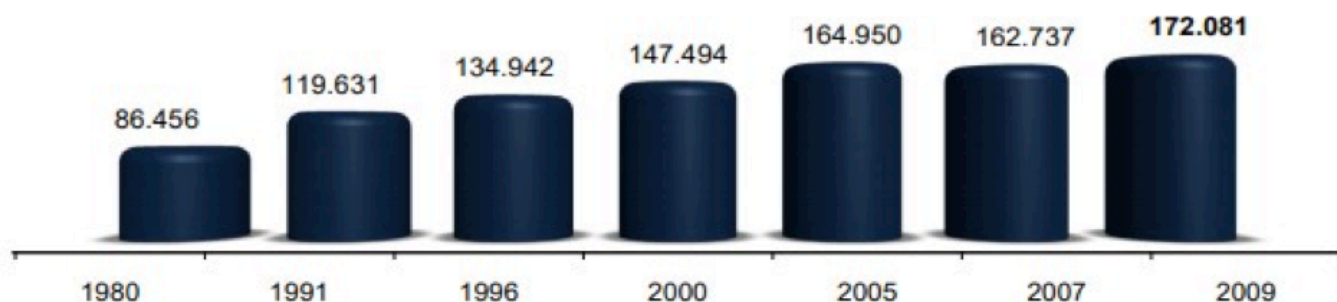
Itapocoróia, de colonos que **se espalhavam pela Praia do Itajaí, pelo rio acima, de uma e outra margem, pela Praia Brava, pela margem sul do Itajaí-Mirim**” (grifo nosso).

Segundo prelecionam Mattedi e Theis (1999), Itajaí foi historicamente se desenvolvendo, na década de 1930 a partir do mercado que era seu porto em decorrência de sua localização litorânea e geografia indicam-na com vocação para o turismo a partir da década de 1980, pois segundo Rizzo (2005), passa-se a defender a vocação do município para o turismo considerando as belezas naturais, e ainda a facilidade de acesso pela BR 101. Referenda-se ainda que concomitantemente ao incentivo ao turismo, surgiu a valorização das terras em virtude também da atividade econômica relacionada, principalmente com a pesca e os serviços portuários. Estas características propiciaram um grande número de migrações e dinamizaram o processo de expansão urbana, especialmente nas zonas periféricas do centro histórico, e neste viés preleciona Pereira:

O Porto de Itajaí passou por várias transformações, desde a sua fase “natural”, quando servia de escoadouro para a pequena produção mercantil agroindustrial colonial dos vales do Rio Itajaí-Açu e Itajaí – Mirim, a partir de meados do século XIX. No período situado entre 1930 e 1970, as atividades portuárias estavam representadas em sua quase totalidade pelo comércio e exportação de madeira procedente do planalto catarinense. A decadência do ciclo da madeira afetou a economia e o desenvolvimento urbano do município. Após uma fase de desenvolvimento da indústria pesqueira, o porto reorientou-se para a movimentação de cargas containerizadas, tornando-se, atualmente, um dos principais canais de exportação do Estado de Santa Catarina, destacando-se no cenário nacional como o primeiro terminal brasileiro em exportação de produtos congelados e frigoríficos (PEREIRA, 2011).

Muito embora o espaço rural tenha perdido parte de sua importância econômica, de modo especial, para o sustento da população local, manteve-se inalterado em termos de dimensão territorial representa 86% do município- IBGE 2010), a área urbana tornou-se superpovoada, e diante da falta de planejamento, como consequência foi inevitável sobreposição da malha urbana na área rural. Corroborando acerca deste crescimento, e segundo o IBGE, a população de Itajaí apresentou em 2009 (Figura 02), um aumento em 16,7% desde o último censo demográfico realizado em 2000, destacando-se que na Figura 03, demonstra que Itajaí tem apresentado nos últimos 9 anos uma taxa média de crescimento populacional da ordem de 1,7% ao ano, acima da média catarinense e nacional, da mesma forma, apresenta-se na Figura 04, comparativos da área rural, em relação à Santa Catarina e Brasil, reitera-se que esta peculiaridade, do município de Itajaí (SC), ter uma extensão territorial rural significativa, é que vislumbrou-se o interesse na presente pesquisa, com base na estatística apresentada pelo IBGE (2010), senão vejamos:

Figura 02 – Evolução do crescimento populacional de Itajaí/SC



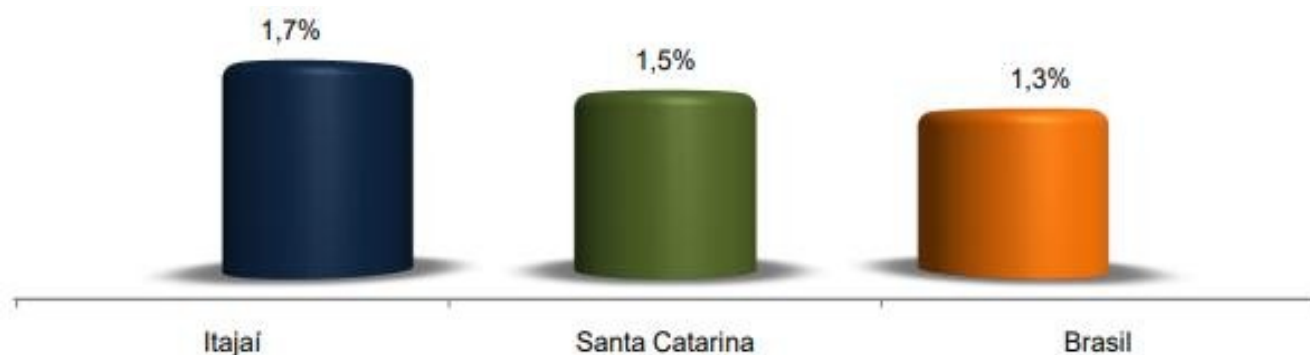
Fonte: IBGE, Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia.

Notas: 1 Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000.

2 Contagem Populacional 1996 e 2007

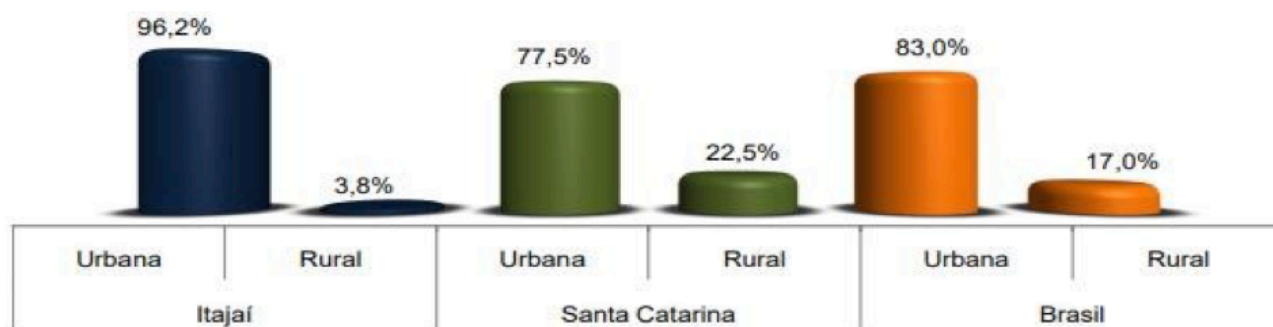
3 Estimativas populacionais de 2005 e 2009.

Figura 03 – Percentual comparativo do crescimento populacional de Itajaí, Santa Catarina e Brasil



Fonte: Resultados elaborados pelo SEBRAE/SC com base em dados do IBGE - apoiados no Censo Demográfico 2000 e Estimativa Populacional 2009.

Figura 04 – Percentual comparativo contagem populacional rural-urbano de Itajaí, Santa Catarina e Brasil



Fonte: IBGE, Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia, Contagem Populacional 2007.

Destaca-se que a importância da apresentação dos gráficos acima é trazer a reflexão de que, muito embora a “zona rural” seja significativa em termos de território geográfico, o percentual populacional que vive nessa área é pequeno. Portanto, vislumbra-se a parti destes dados que na realidade o que cresceu foi a cidade, o espaço urbano, trazendo essa aglomeração para a “zona rural”, fato que ocorre em todo o país.

Atualmente o município sede da Associação de Municípios da Foz do Rio Itajaí-açu (AMFRI), possuindo a maior área territorial dentre os municípios da região. São 289,25 km² sendo pouco mais de 200 km² de área rural e o restante de área urbana vivendo no meio rural, e 173.465 habitantes no meio urbano, segundo o censo do IBGE (2010).

Benko traz um outro olhar acerca do planejamento territorial em Itajaí, e assevera que:

As soluções construídas em Itajaí em torno de uma perspectiva integrada entre administração da cidade e do porto – situação que se revela mais próxima de um planejamento territorial do conjunto sistêmico cidade-porto, e os resultados quantitativos (movimentação de cargas, geração de emprego e renda etc.) e qualitativos (grau de satisfação da população etc.) alcançados, fornece subsídios para o questionamento de modelos de planejamento tradicionais centrados essencialmente nas condições infraestruturais e que, via de regra, não contemplam a relação de indissociabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações em sua complexidade, e que por isso acabam por ignorar a relação sistêmica entre cidade e porto do ponto de vista territorial. Assim, se por um lado a gestão de um porto urbano não se encontra totalmente livre dos constrangimentos que fazem parte da vida das cidades, por outro lado, o porto também pode se beneficiar dos recursos presentes no tecido urbano (redes técnicas, sociais e institucionais), que *a priori* poderiam apresentar-se como “obstáculos”, para se favorecer em termos de diferenciação dos serviços oferecidos (BENKO, 2001).

Objetiva-se com esta reflexão ponderar que, enquanto o planejamento da área urbana era revestido de prioridades (estética e infraestrutura), especialmente porque a economia da cidade era e continua sendo voltada para Porto, as demais áreas, como o território rural, foram relegadas a segundo plano nas mais variadas vertentes, desde a falta de incentivo e estímulo para incrementar o setor agropecuário, bem como as necessidades de infraestrutura básica, assim o território rural passou a ser uma extensão da cidade, com ocupações regulares, crescente industrialização, degradação de áreas ambientais, trazendo até então uma distorção conceitual, do que estava previsto no próprio Plano Diretor de Itajaí (2006), aspectos que serão objeto de abordagem em item específico, portanto o planejamento urbano decorre essencialmente face aos interesses da economia portuária, posto que da necessidade de sua expansão física, muitas áreas residenciais foram desapropriadas para fins de interesse econômico portuário.

Aduzindo portanto que, se de um lado, os conflitos, tais como a instalação de indústrias em áreas destinadas à agricultura, urbanizando e criando um adensamento ocupacional nos espaços que deveriam estar destinados à agropecuária, podem se apresentar com dois olhares,

ora como desagregador e, portanto, negativos à economia da agropecuária do município, ora revelando-se potencialmente criativos e geradores de novas alternativas socioeconômicas, desde que os diferentes atores consigam, a partir do diálogo e da cooperação, elaborar projetos que busquem a convergência entre os diversos interesses que contraditam as raízes das comunidade.

Conforme relatos da comunidade, em decorrência das constantes enchentes e consequentes prejuízos a agropecuária local, a instalação de indústrias possibilitou a geração de novos empregos e melhoria da qualidade de vida de seus moradores.

1.1 TERRITORIALIDADE RURAL DE ITAJAI/SC

Quanto à territorialidade, e conforme mencionado, segundo o IBGE (2010) cerca de 86% da área do município é considerada “território rural”, com base no conceito de que área urbana é tão somente onde há sede administrativa, e já abordado anteriormente, e da mesma forma definidos pela legislação municipal, que passaremos a detalhar, portanto neste contexto apresentam-se 18 comunidades conforme dispõe a Legislação Municipal – Lei Complementar nº 215/2002, o “território rural” é constituído por “núcleos urbano”:

A zona rural é **composta por “núcleos urbanos”**

Art. 18 Consideram-se **núcleos urbanos aqueles arruamentos e loteamentos aprovados e aceitos em zona rural.**

§ 1º São Núcleos Urbanos do Município de Itajaí:

- I – Itaipava;
- II – Espinheiros;
- III – Espinheirinhos;
- IV – Paciência;
- V – Bahia;
- VI – Canhanduba;
- VII – Brilhante I e II;
- VIII – Campeche;
- IX – Pedra de Amolar
- X – Arraial dos Cunhas;
- XI – São Roque ;
- XII – Volta de Cima;**
- XIII – Rio do Meio.

§ 2º Os núcleos urbanos acima referidos, e os demais não aqui expressamente nomeados, serão objeto de estudo específico, para posterior legislação a respeito (LEI ZONEAMENTO URBANO – LC nº 215/2002).

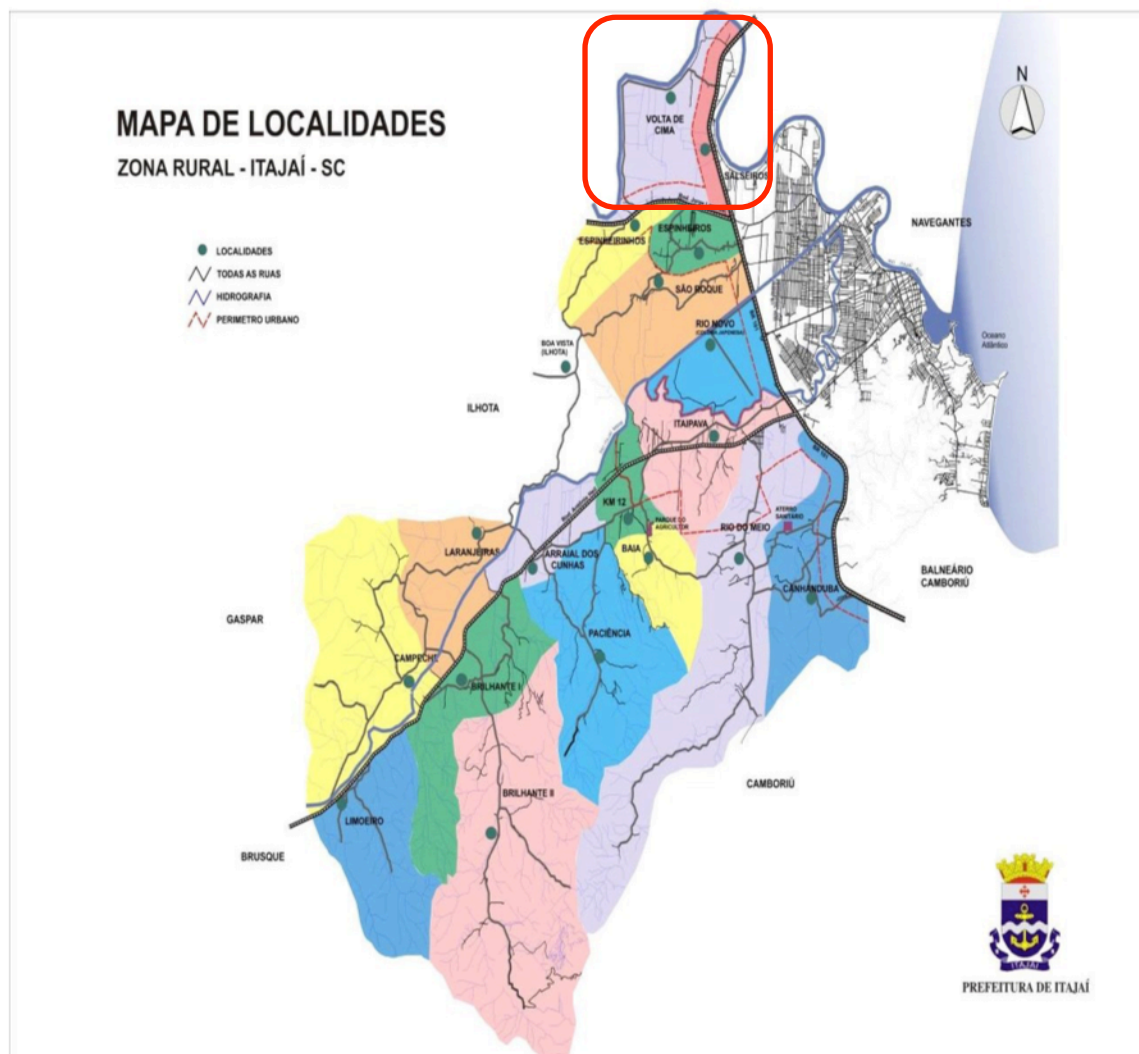
Diante da extensão territorial e a complexidade para buscar e fundamentar as informações acerca do território rural do Município de Itajaí/SC, estabeleceu-se para a presente pesquisa a análise da “Comunidade Volta de Cima”, posto que a mesma é uma área rural rural com características urbanas, pois é evidente que em seu contexto territorial há algumas expressões de urbanidade, tanto que o próprio Plano Diretor do Município Lei Complementar nº 94/2006,

ênfatiza e dispõe sobre a necessidade de controlar esta expansão.

Tal realidade demonstra-se revestida de ilegalidade, e da mesma forma, de condutas omissas por parte do Poder Público, ao deixar de fiscalizar e concomitantemente autorizar segmentos comerciais de grande porte na referida localidade.

O mapa a seguir (Figura 05) objetiva localizar geograficamente a “Comunidade Volta de Cima” – Itajaí/SC, e oportuniza-se a delimitação geográfica dos territórios urbano e rural, conforme conceituação e estatística do IBGE (2010) conforme apresenta-se, observando que, conforme anteriormente demonstrado no disposto do Plano Diretor de Itajaí (2006), a identificação e localização no mapa oficial do município e anexo da legislação pertinente de 18 comunidades/núcleos rurais, portanto cinco comunidades além das previstas em lei:

Figura 05 – Mapa território rural e urbano de Itajaí/SC



Em destaque Comunidade Volta de Cima (VC) – com círculo vermelho 
Traçado destaque vermelho delimita expansão restrita urbana para rural 

Fonte: Prefeitura Municipal de Itajaí – SC (2018). Disponível em: <itajai.sc.gov.br/mapas.php>.

Importante referendar que, muito embora a legislação publicada em 1997, não contempla comunidades mais recentes e atualizadas no mapa, mas o que deve ser levado em consideração é a “Comunidade Volta de Cima” – Itajaí/SC, objeto da presente pesquisa.

1.2 DA “COMUNIDADE VOLTA DE CIMA” – ITAJAÍ/SC

Cabe esclarecer que segundo Cardoso (2004), comunidade Volta de Cima: “recebeu este nome pelos moradores das comunidades Salseiros e Espinheiros que começaram a chamar esta localidade de Volta de Cima devido a ela se localizar às margens do Rio Itajaí-Açú, justamente onde o rio faz uma volta (curva)”.

Ainda para melhor compreensão no que tange o enquadramento jurídico estabelecido para a “Comunidade Volta de Cima”, objeto da presente pesquisa, entendeu-se necessário apresentar de que forma o Plano Diretor do Município instituiu o ordenamento territorial, assim em conformidade com a Lei Complementar nº 94/2006, a divisão do território foi composta por denominações consignadas como “*macrozonas*”, e assim dispôs para o território rural:

Art. 91. O ordenamento territorial tem como objetivo orientar a gestão do território, visando a construção de uma cidade sustentável, levando em consideração as especificidades de cada espaço urbano.

CAPÍTULO I – DO MODELO ESPACIAL

Art. 92. O Modelo Espacial de Itajaí é o conjunto de diretrizes de desenvolvimento territorial para as áreas urbana e rural, estimulando a ocupação do solo de acordo com a diversidade de suas partes, com vistas à consideração das relações de complementaridade entre a cidade consolidada de forma mais intensiva e a cidade de ocupação rarefeita.

Art. 95. O macrozoneamento tem por finalidade definir diretrizes para orientar o desenvolvimento de acordo com as características físicas, sociais, culturais, econômicas e ambientais de cada região de forma a promover o desenvolvimento harmônico do município e o bem estar de seus habitantes, sendo dividido em sete macrozonas:

I – MZA – Macrozona Agrícola, destinada prioritariamente às atividades agropecuárias;

IV – MZPA – Macrozona de Proteção Ambiental, destinada a usos de baixo impacto que não conflitem com a preservação ambiental e cultural à preservação ambiental permanente, conforme definição do Zoneamento;

V – MZTRA – Macrozona de Transição Rural – Ambiental, destinada à atividade agrícola de baixo impacto ambiental e cultural, respeitando a fragilidade de seus terrenos;

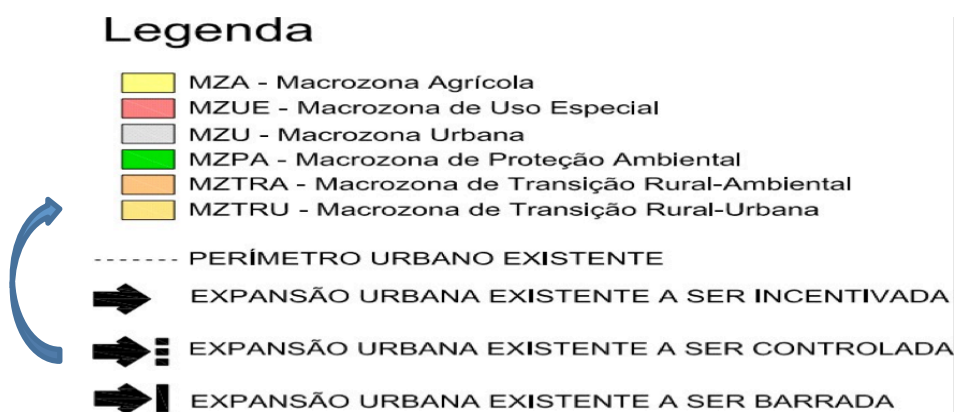
VI – MZTRU – **Macrozona de Transição Rural – Urbana, destinada à atividade agrícola, mas com tolerância para a atividade residencial e outros usos urbanos associados** (Comunidade Volta de Cima – grifo nosso).

Portanto, a “Comunidade Volta de Cima” – Itajaí/SC apresenta seu enquadramento jurídico, em região predominantemente agrícola, com permissividade legal para residências e afins, considerando-se a necessidade de observância de restrição e/ou controle para expansão

urbana, pois denota-se que as áreas previstas para agropecuária, estão sendo transformadas em loteamentos, trazendo para a localização um viés urbanístico.

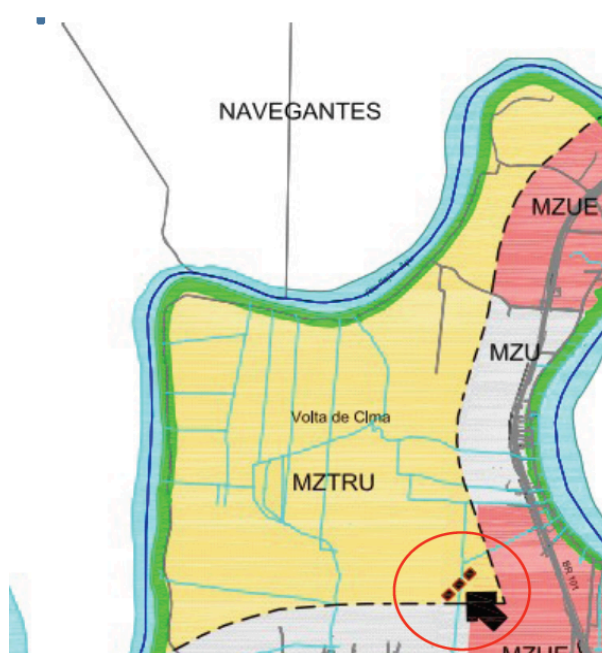
Conforme consta do mapa, ficou evidenciado que já na ocasião da elaboração e proposição do Plano Diretor de Itajaí/SC havia manifesta preocupação por parte do Conselho Gestor de Desenvolvimento Territorial e Urbano com a possibilidade de crescimento desordenado na localidade, pois ficou evidente a necessidade de controlar a expansão urbana, conforme disposto no Mapa de Macrozoneamento – Lei nº 94/2006, destaque do detalhamento da legenda e respectivo mapa de macrozoneamento para a “Comunidade Volta de Cima”, senão vejamos:

Figura 06 – Macrozona transição rural-urbana “Comunidade Volta de Cima”



Fonte: Prefeitura Municipal de Itajaí/SC. Disponível em: <itajai.sc.gov.br/mapas.php>.

Figura 07 – Macrozona transição rural-urbana “Comunidade Volta de Cima”



Fonte: Prefeitura Municipal de Itajaí/SC. Disponível em: <itajai.sc.gov.br/mapas.php>.

O mapa acima apresentado, extraído do Plano Diretor, tem o objetivo de esclarecer que a área com circunferência vermelha, traduz, a necessidade de conter a expansão urbana, para que a mesma não perca o espaço destinado a atividades agropecuárias, contudo, na contramão deste dispositivo legal, a própria Prefeitura Municipal de Itajaí/SC, tem referendado por meio de alvaras de construção, a permissividade para esta urbanização.

Muito embora, o IBGE (2010), ainda considere e conceitue a “Comunidade Volta de Cima, como zona rural, e para tanto são considerados para fins de arrecadação para a União, o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, pois estão sob domínio administrativo do INCRA, e regulamentado pelo artigo 153, inciso VI da Constituição Federal (1988) – **Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR**, tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, localizado fora da zona urbana do município, em 1º de janeiro de cada ano.

Com base na legislação pertinente, e as imagens da referida comunidade, manifesto minha crítica, com intuito de demonstrar e/ou trazer a reflexão de que não há qualquer controle e/ou planejamento para uma área territorial do município de Itajaí/SC, com aproximadamente 86% (IBGE, 2010) denominada território rural, mantem-se sem atender o previsto na Constituição Federal (1988), e tão pouco tem sido até então relegada pelo poder público municipal, destacando-se que a CVC ocupa aproximadamente 1% da área rural, em relação aos 86% informados pelo IBGE (2010).

Portanto, destaco a existência de três conflitos de ordem jurídica: a conceituação do IBGE para fins de denominação de território rural, o Plano Diretor do Município e a própria Constituição Federal (1988), ao dispor que: “Considera-se imóvel rural a área contínua, formada de uma ou mais parcelas de terras, localizada na zona rural do município [...] Contribuinte do ITR é o proprietário de imóvel rural, o titular de seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título”.

Assim, pelo todo exposto, e para melhor aproximar o leitor, apresenta-se na figura nº 08 – imagem aérea da “Comunidade Volta de Cima” – Itajaí/SC, de modo que se possa melhor visualizar e compreender os contrastes entre rural e urbanização, cujo tema é objeto de análise da presente pesquisa, posto que os mesmos são cristalinos e incongruentes, não apenas visualmente, mas também documentalmente, no sentido de que a ocupação socioespacial e econômica são contundentes, e contraditam com a legislação e a vocação característica da economia de práticas de agropecuária, trazendo portanto um novo viés econômico e cultural, em decorrência do avanço da malha urbana e demais serviços industriais na região, senão vejamos:

Figura 08 – Imagem aérea da “Comunidade Volta de Cima”



Fonte: Google Earth (2018).

Da mesma forma que se observam áreas com atividades voltadas ao desempenho de atividades predominantemente agrícolas, vocação cultural da região, consequência da proximidade com o rio Itajaí-açu, que foi beneficiada da geografia local – planície litorânea, percebe-se que o crescimento desordenado vem modificando a cultura de agropecuária, para incremento de industriais, trazendo o questionamento no sentido de qual critério vem sendo adotado para licenciar estas atividades, levando em conta que estas, além de ser incongruentes com a legislação vigente, vem proporcionando mudanças significativas na cultura local, e questionar da mesma forma se estas, são benéficas ou não para a comunidade.

Tal questionamento advém na ponderação, de que se por um lado estas atividades permitem um avanço socioeconômico na região, na medida de possibilita-se o incremento de emprego, sem que o trabalhador tenha que deslocar-se da comunidade, ou se estas indústrias por estarem tão próximas as atividades agrícolas, poderiam descaracterizar a cultura local ou se poderiam adequar-se concomitantemente – produção agropecuária e produção de serviços não decorrentes das atividade de ruralidade.

Da mesma forma, seria merecedor de análise, quais reflexos poderiam estar ocorrendo na referida comunidade, em termos haver desigualdades culturais e/ou tributárias, podendo-se levantar numa futura pesquisa, se estaria ocorrendo isonomia tributária ou não, visto que esta região é vinculada ao INCRA, portanto não poderia de certa forma estar ocorrendo atividades empresariais.

Corrêa (1988), me faz repensar estes questionamentos, ao prelecionar a ideia de que habitualmente estabelece-se o espaço geográfico como “morada do homem”. Porém, a ideia de “morada” não significa ser o espaço um dado local para a vida humana; o espaço geográfico tem especificamente o sentido dinâmico de coisa construída, de uma elaboração e reelaboração constantes, “sua conceitualização é dada através da prática humana, portanto poderia entender perfeitamente que as constantes reelaborações precisam identificar-se de certa forma com o espaço social da comunidade para que todos pudessem obter qualidade de vida, trazendo portanto a construção de um novo espaço cultural (CORRÊA, 1988), senão vejamos o que as imagens podem nos trazer de reflexão:

As imagens denotam com muita clareza que as mudanças socioespaciais são decorrentes não apenas uma ocupação desordenada, mas também, um desvirtuamento do Plano Diretor de Itajaí/SC (2006), e da mesma forma com o preceituado pelo INCRA, mas que em termos práticos o mesmo não tem controle e/ou acompanhamento das áreas sob sua responsabilidade tributária, pois ao deixar de fiscalizar, descumpre seu papel primordial de se fazer cumprir o legalmente estabelecido, ou então atualizar as informações de modo que as empresas passem efetivamente a se enquadrar em termos de arrecadação tributária conforme classificação ao território que ocupa, se rural ou urbano, por fim, tem-se que a omissão fere sua finalidade primordial conforme preleciona o Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária – INCRA:

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) tem a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. Está implantado em todo o território nacional por meio de 30 Superintendências Regionais. O objetivo é implantar modelos compatíveis com as potencialidades e biomas de cada região do País e fomentar a integração espacial dos projetos (TORSIANO, 2014).

As figuras 09 e 10 a seguir nos levam à indagação no que tange à responsabilidade de fiscalização territorial por parte do INCRA, no sentido de como é possível implementar uma política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, se ao lado de áreas com atividades voltadas para a agricultura vem se estabelecendo indústrias.

Figura 09 – Imagem aérea da “Comunidade Volta de Cima” – empresas na localidade



Fonte: Google Earth (2018).

10 – Imagem aérea da Empresa de Logística “Conexão Marítima”



Fonte: Google Earth (2018).

Neste viés, traz-se a reflexão que a proposta para implantar o CTM na “Comunidade Volta de Cima” – Itajaí/SC, como instrumento de política urbana, poderá ser uma alternativa para trazer a caracterização de cada imóvel, de acordo com o seu uso, pois considerando-se que é praticamente inviável reverter esta ocupação desordenada e conflituosa indústria e ruralidade, suscitaria -se no mínimo propor políticas tributárias mais justas, e ao mesmo tempo definir a função de cada imóvel de modo a conter este desvirtuamento ocupacional, e de pleitear uma maior proteção ambiental para a localidade.

Neste capítulo, buscou-se apresentar dados para que o leitor pudesse vislumbrar a exata localização da “Comunidade Volta de Cima”, no contexto do território do Município de Itajaí/SC, de modo a melhor compreender a peculiaridade desta planície de inundação às margens do rio Itajaí-açu, assim em capítulo específico, apresentar-se-á com maior riqueza de detalhes aspectos da territorialidade da comunidade objeto da pesquisa.

2 ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO RURAL DE ITAJAÍ (SC)

2.1 HISTORICIDADE DA OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO TERRITÓRIO RURAL DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ/SC

Para compreender as transformações territoriais na região do atual município de Itajaí, é imprescindível discorrer acerca de seu contexto histórico, e conforme preleciona o historiador D'Ávila (2009), a partir do século XVII, o governo colonial da Capitania de Santa Catarina recomendou sua ocupação, pois na visão governamental vislumbrava-se uma região economicamente promissora, em decorrência de sua localização estratégica (região litorânea), como também a possibilidade de que as terras fossem férteis, portanto poderia ser um centro de desenvolvimento agropecuário, contudo seus projetos não prosperaram.

O historiador relata que com as descobertas de sítios arqueológicos, constatou-se que a região era habitada por indígenas, da etnia conhecida por Botocudos ou Caigangues, do grupo Tapuia (hoje conhecidos por Xokleng) e os Carijós – estes últimos moravam à beira-mar e já estavam praticamente extintos à chegada do desbravador paulista João Dias de Arzão. Aos poucos foi ocupando a região, inicialmente em busca de ouro e demais metais preciosos, contudo frente à sua inexistência, buscou-se inicialmente o caminho da extração de madeira.

Acontece que “o litoral catarinense já vinha sendo ocupado por colonizadores portugueses, assim partir do século XVII, intensificou-se a ocupação na região de forma especulatória, considerando a abundância da madeira, a fertilidade das terras, bem como a vocação pesqueira” (D'ÁVILA, 2009). Na ocasião, surgiram as ocupações, revestidas de certa ilegalidade, e ainda de forma desordenadas, posto que, altos funcionários públicos, militares, eclesiásticos e comerciantes abastados da sede da Capitania de Santa Catarina requeriam sucessivas sesmarias, burlando as leis que lhes exigiam benfeitorias de colonização e prejudicando o direito de posse de moradores antes estabelecidos; o que vai resultar em seguidas pendências judiciais. Assim, no começo do século XIX, as terras da Foz do Itajaí estavam todas tomadas por diversos sesmeiros.

Neste mesmo viés, e corroborando com o relato histórico supra citado, tem-se que com o objetivo de consolidar a ocupação da faixa costeira, efetivou-se a instalação de ancoradouros para vislumbrar a expansão da pesca, sendo esta considerada uma das primeiras intervenções socioespaciais¹, pois de acordo com Mamigonian (1999), na mesma ocasião a

¹ Intervenções no meio natural que são realizadas constantemente, gerando a transformação do território. Nesse contexto, agentes sociais, como os especuladores empresariais ou o Estado, atuam no processo de produção e

coroa portuguesa estimulou a migração açoriana, com o intuito de estimular a policultura familiar, de modo especial a farinha de mandioca, o arroz, o feijão, entre outros alimentos. Tem-se que a localização deste porto natural foi um fator de atração e intercâmbio dos colonos de Itajaí e Itapocoróia mais ao norte, de modo a estimular a troca dos excedentes da produção das pequenas lavouras e da pesca, assim o porto natural do Itajaí vai se integrando, embora modestamente, de modo gradativo às relações de comércio existentes entre os núcleos maiores, representando para os viajantes que passavam pela região um ancoradouro de extrema utilidade, modificando de forma significativa a geografia socioespacial da região².

Importante ainda referendar que o historiador itajaiense D'Ávila (1982) reitera que o prenúncio das mudanças na região se concretizaram após o seguinte manifesto: “por Aviso Real de 5 de janeiro de 1820, o Rei D. João VI autorizou Drummond a estabelecer uma colônia em duas sesmarias reais junto do rio Itajaí-Mirim, na região da agora denominada Comunidade de Itaipava”, promovendo na ocasião a derrubada das matas de modo a permitir a implementação de atividades agrícolas, bem como construção de casas para os colonos.

Isto posto, reforça-se que, historicamente, as primeiras modificações socioespaciais do atual município de Itajaí foram decorrentes desse manifesto imperial que, objetivando desbravar terras nativas e praticamente despovoadas para práticas comerciais, oriundas da extração de madeira, com intuito de promover a colonização de práticas agrícolas, bem como da pesca local, tal destaque vem de encontro com o pensamento de Santos, ao referendar que as alterações espaciais são caracterizadas quando “o espaço geográfico é formado por um conjunto indissociável, solidário e solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá [...] (SANTOS, 2002), quer seja, os agentes sociais, transformam e remodelam o entorno onde vivem, proporcionando o que chamamos de mudança histórica das relações.

Em item específico serão abordadas rapidamente as características geomorfológicas e as intervenções socioespaciais na “Comunidade Volta de Cima” – Itajaí/SC.

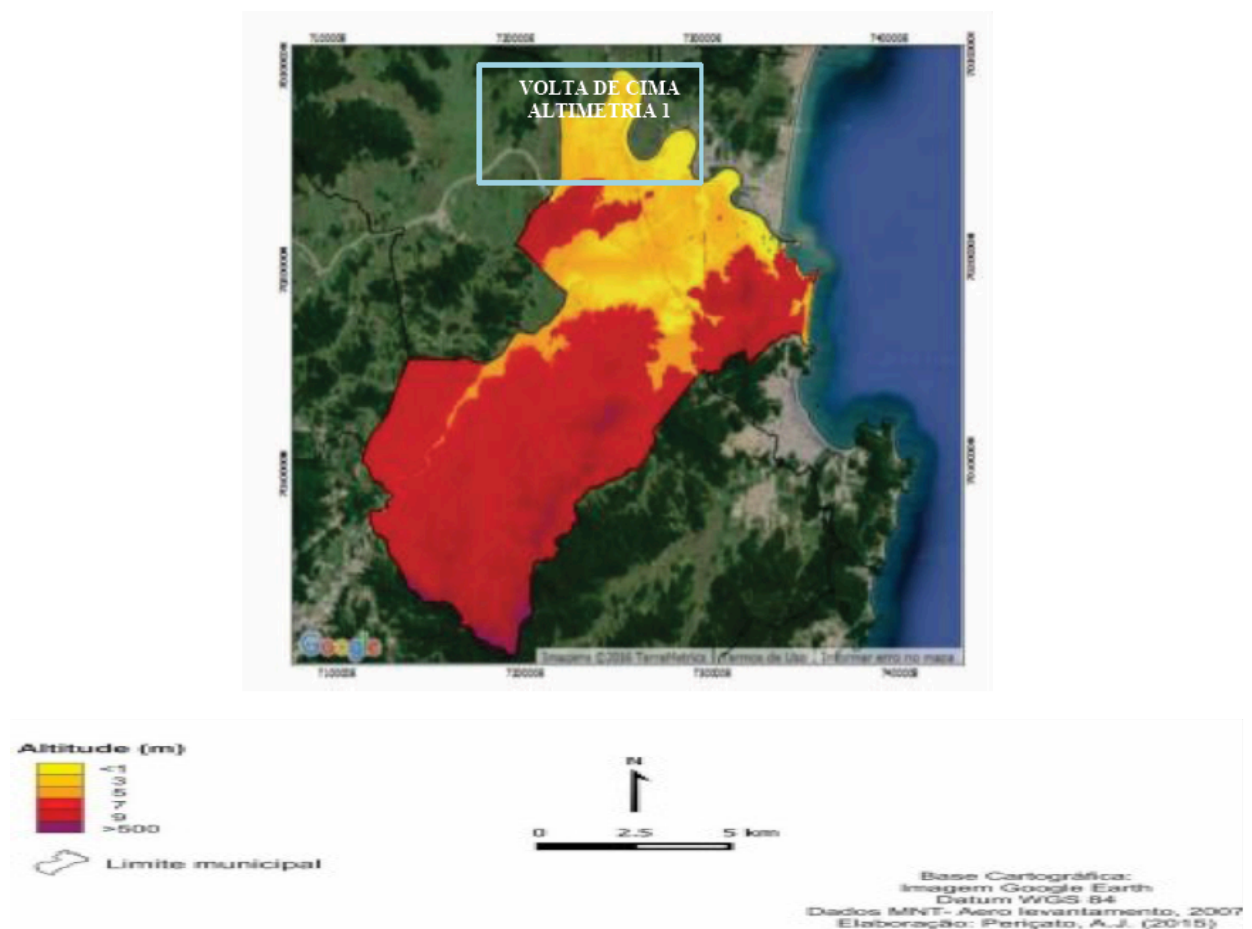
reprodução do espaço, modelando e remodelando a forma e o conteúdo da comunidade, promovendo alguns fenômenos urbanos na área de ruralidade, como a segregação social e gentrificação.

² A formação socioespacial (FSE) refere-se à análise da concreticidade de uma sociedade (compreendendo sua evolução, sua situação atual, sua mudança histórica e suas relações) sendo esta uma realidade histórico-concreta, geograficamente localizada. O alicerce da explicação é a produção, **onde o homem transforma o espaço**. Seu estudo possibilita “[...] a apreensão do particular como uma cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações. [...] mas sempre um conhecimento específico, apreendido num dado momento de sua evolução” (SANTOS, 1977, p. 84, grifo nosso).

2.2 PANORAMA GEOGRÁFICO DA “COMUNIDADE VOLTA DE CIMA” – ITAJAÍ/SC

Necessário se faz uma abordagem acerca das características geográficas da “Comunidade Volta de Cima” – Itajaí/SC, de modo a trazer a reflexão da sua importância ambiental no ecossistema costeiro, que está localizada em planície de inundação, apresentando pouca variação altimétrica, com relevos planos, portanto suscetíveis a constantes inundações associados a planície litorânea, destacando que nas características geológicas predominam solos rasos, pouco profundos e com alta suscetibilidade à erosão, especialmente decorrentes do manejo e ocupação inadequadas e que sua preservação permitiria, sustentar “uma importante forma proveniente do ajuste entre as variáveis da geometria hidráulica do canal e a sua carga, na busca do perfil gradacional do rio ao longo do tempo” (ROCHA, 2011), pois tem-se que é neste contexto que toda a biota local evolui, apresentando uma relação recíproca de evolução física, tanto na forma de vazamento das águas até a foz, como no enriquecimento da biota e sua evolução física.

Figura 11 – Altimetria 1 – Mapa Altimétrico – Destaque “Comunidade Volta de Cima”

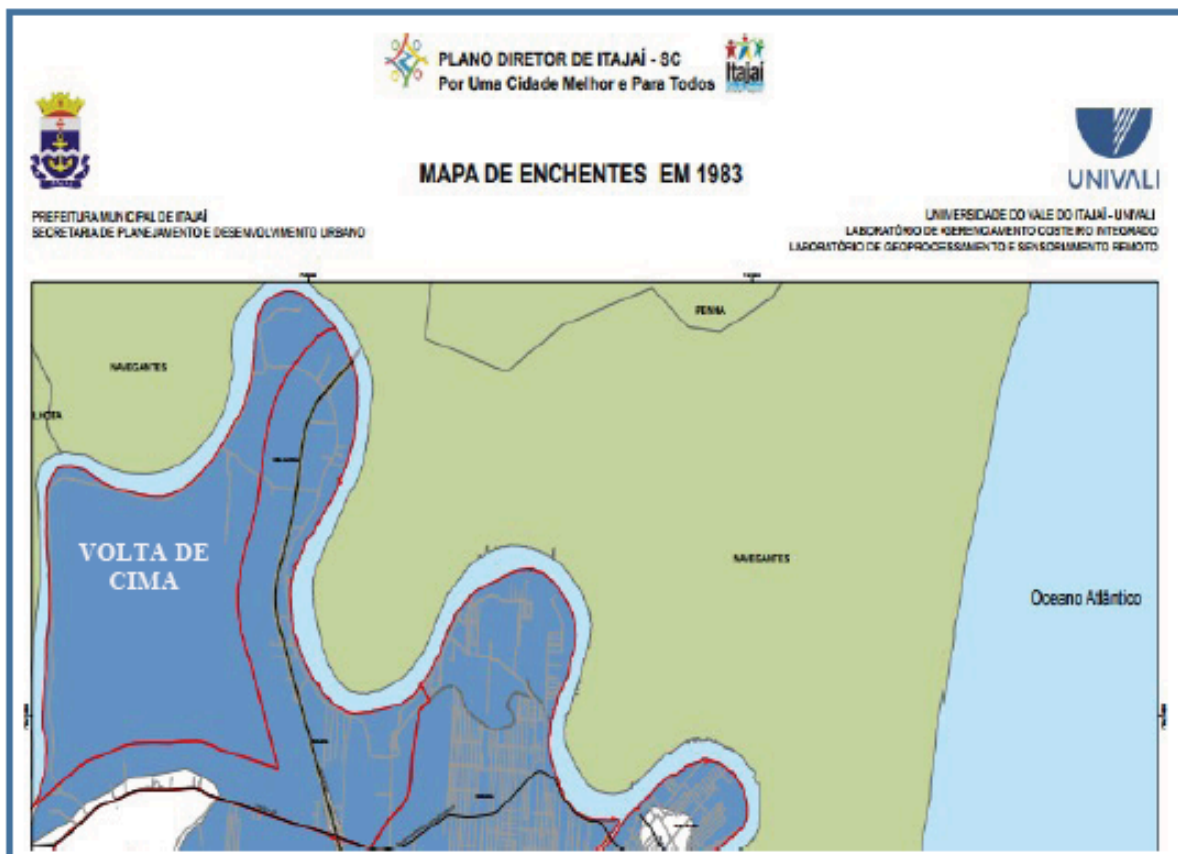


Fonte: Secretaria da Defesa Civil Santa Catarina – 2007.

A Figura 11 apresentada destaca a “Comunidade Volta de Cima” – Itajaí/SC, que apresenta altimetria menor que 1 (cor amarela), portanto sujeita a inundações constantes, inclusive decorrentes de maré cheia.

Para referendar o acima exposto apresentar-se-á uma sequência de mapas, elaborados pela Defesa Civil do Estado de Santa Catarina em parceria com Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, que corroboram que em várias situações decorrentes de enchentes e/ou maré alta, a área na qual está inserida a “Comunidade Volta de Cima” – Itajaí/SC, é atingida pelo evento natural, exatamente por ter em sua função ecológica em decorrência de estar inserida em planície de inundação³. Na imagem, destaque em círculo amarelo “Comunidade Volta de Cima”, totalmente inundada na enchente de 1983.

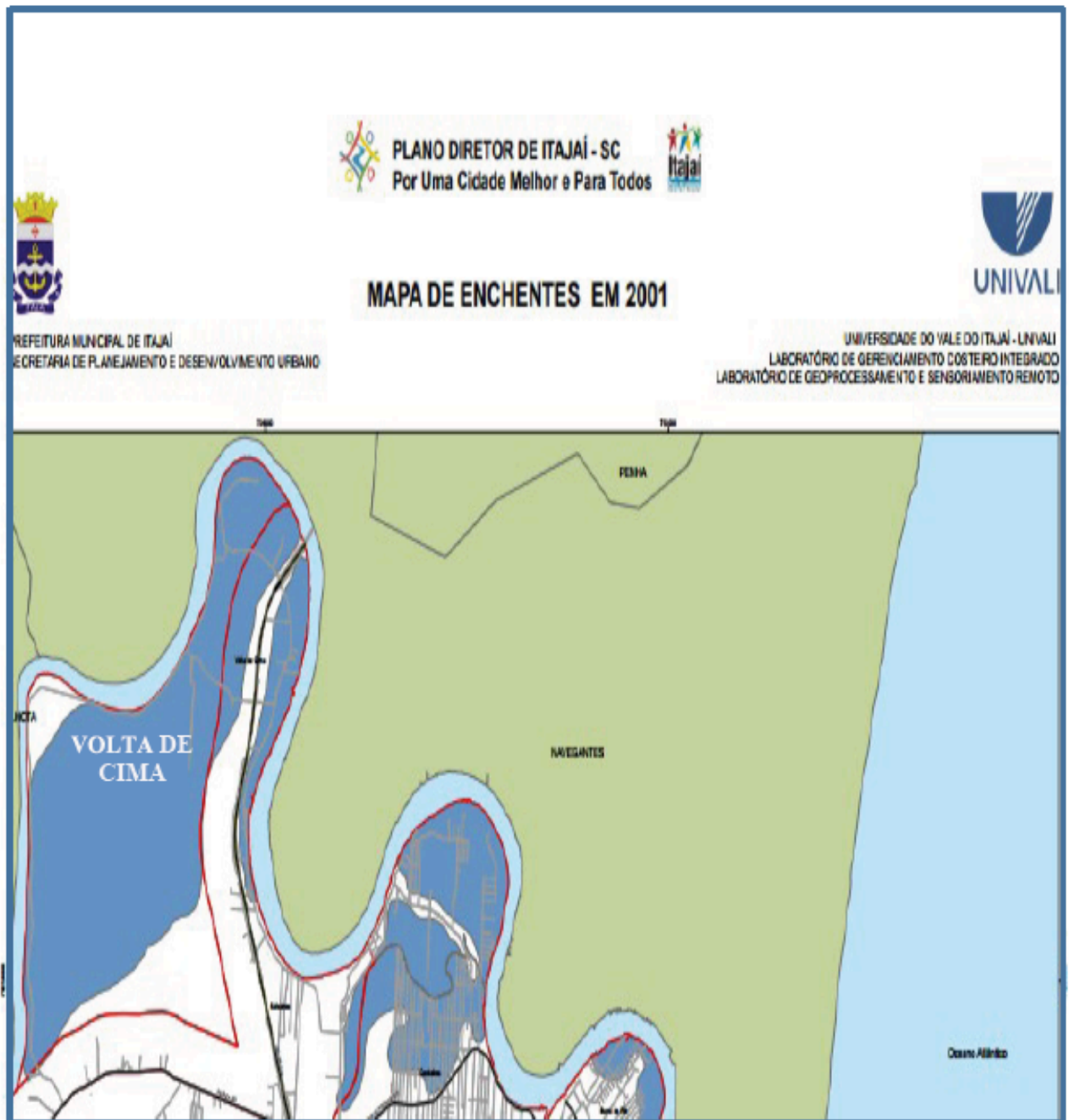
Figura 12 – “Comunidade Volta de Cima” – Enchente em 1983



Fonte: Secretaria da Defesa Civil Santa Catarina – 2007.

³ Planície de inundação é uma feição deposicional do vale do rio associada com um regime climático ou hidrológico particular da bacia de drenagem. Os sedimentos são temporariamente estocados na planície de inundação ao longo do vale e, sob condição de equilíbrio, sem aumento ou diminuição por um longo tempo (anos), a taxa de entrada de sedimentos é igual à de saída. Porém, uma alteração das condicionantes do equilíbrio, através de processos tectônicos ou por mudanças no regime hidrológico, incluindo mudanças no aporte de sedimentos e de água, controle por barragens, poderá resultar na alteração da planície de inundação e levar a degradação e formação de terraço, ou por outro lado levar à nova agradação (LEOPOLD 1964).

Figura 13 – “Comunidade Volta de Cima” – Enchente em 2001



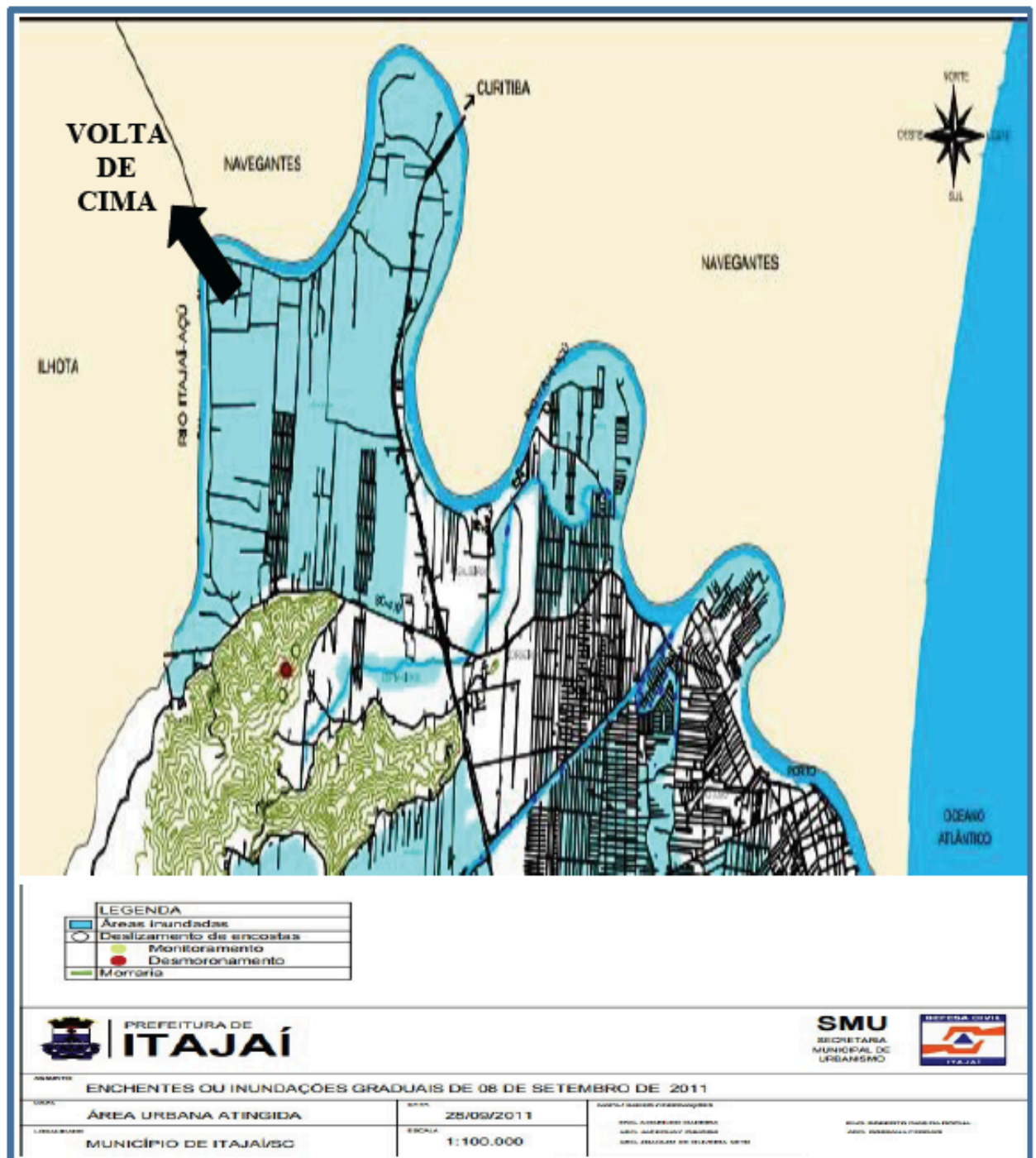
Fonte: Secretaria da Defesa Civil Santa Catarina – 2007.

Figura 14 – “Comunidade Volta de Cima” – Enchente em 2008



Fonte: Secretaria da Defesa Civil Santa Catarina – 2007.

Figura 15 – “Comunidade Volta de Cima” – Enchente em 2011



Fonte: Secretaria da Defesa Civil Santa Catarina – 2007.

Figura 16 – “Comunidade Volta de Cima” – Inundação por maré em 2013



Fonte: Secretaria da Defesa Civil Santa Catarina – 2007.

Esteves (1998) preleciona que: “o sistema rio-planície de inundação consiste de um complexo de ecossistemas, incluindo o rio(s), brejos (pântanos) canais, lagos, ilhas e zonas de transição”, portanto constitui-se num alto grau de dinamismo geomorfológico, modificando constantemente a paisagem e interferindo diretamente nos processos ecológicos.

Razão assiste de que o próprio Plano Diretor do Município de Itajaí/SC, impõe restrições para urbanização na referida Comunidade conforme abordado no capítulo 1, e não obstante as constantes inundações, o crescimento na região tem-se caracterizado por um crescimento populacional, inclusive com a industrialização na região, contrapondo não apenas a vocação ambiental /rural daquele território, como também as restrições legais para urbanização.

Destarte a afirmativa de que houve crescimento populacional na “zona rural”, cabe reiterar que este advém da expansão urbana, de forma desordenada, e não decorrentes das atividades agropecuárias.

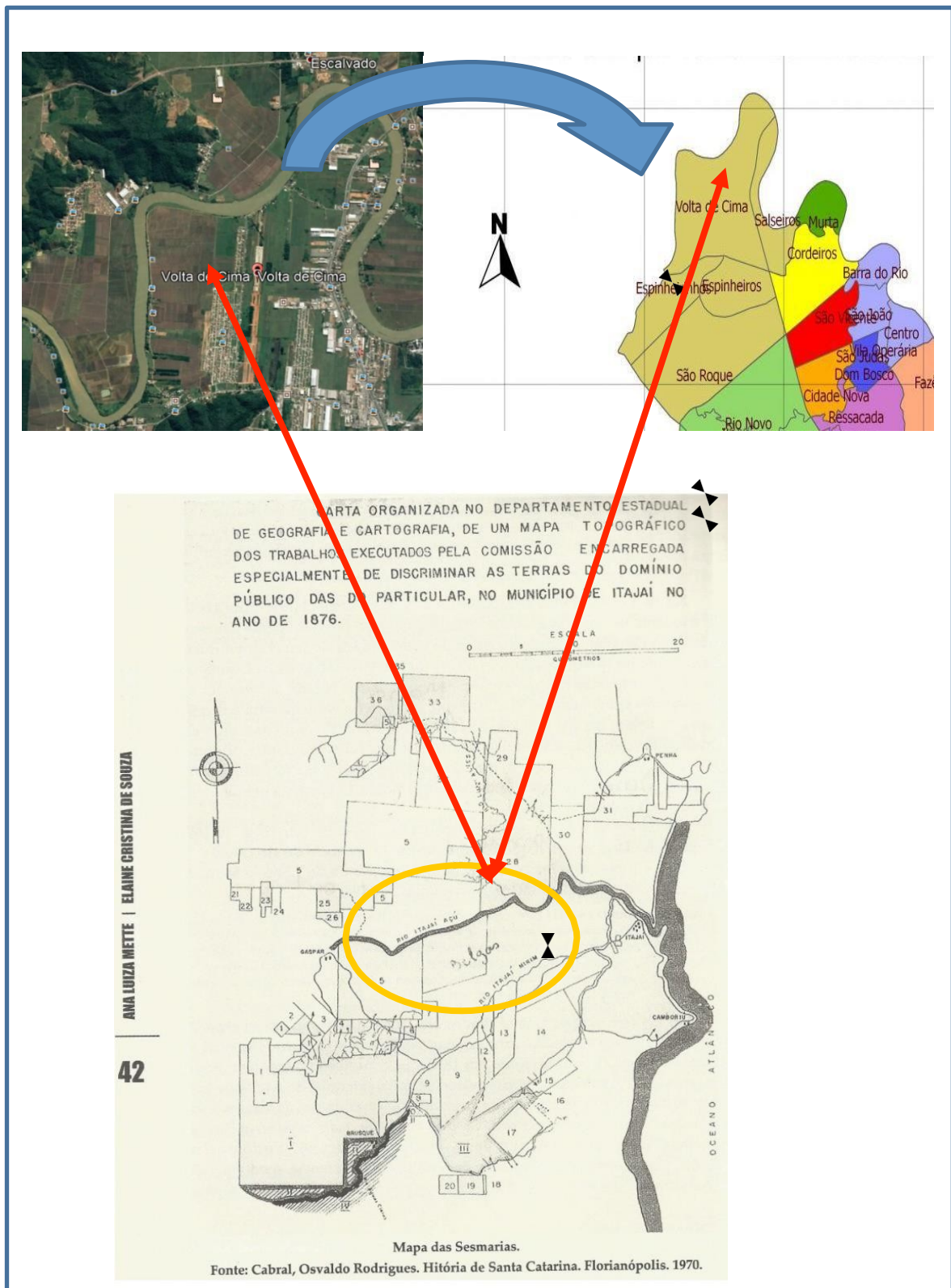
2.3 A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DA “COMUNIDADE VOLTA DE CIMA” – ITAJAÍ/SC

Em que pese a restrita documentação bibliográfica acerca da “Comunidade Volta de Cima”, pode-se constatar que a região começou a ser habitada por volta de 1687, senão vejamos:

Dizem os moradores do riyo de Tajahy da Ilha de Santa Catarina, Matias Dias Arzão, Silvestre Nunes, José Correya e outros casados com famílias e escravaturas que todos fazem o número de quarenta e tantos moradores que estavam situados nas margens do referido riyo com suas casas sítios e lavouras de mandiocas e outras criação, criação de aves e animais e outras benfeitorias e de tudo pagão Dízimos ao Real Patrimônio (LENZI, 1993).

Segundo Mette (2009), e destacado no mapa abaixo (Figura 17), que a sesmaria nº 05 – pertencente ao Ten. Cel. José Henrique Flores, recebeu como dote da família Breves Silveira, e como política de doação daquela época, o novo proprietário deveria lavrar as terras em prazo determinado, sob pena de perder a concessão, tem-se portanto como uma das primeiras intervenções socioespacial, na região próxima ao que na atualidade está inserida a “Comunidade Volta de Cima” – Itajaí/SC, senão vejamos:

Figura 17 – Mapa das sesmarias – Itajaí – Ano 1687



Fonte: Livro História de Santa Catarina – p. 42 – referência 49, fazendo um comparativo ilustrativo como está a comunidade na atualidade

Com a apresentação do mapa acima, objetiva-se apresentar a primeira intervenção socioespacial, no ano de 1.687, e sua exata localização no atual mapeamento da cidade de Itajaí/SC, não apenas para remontar a história, mas efetivamente para comprovar esta intervenção ocupacional na localidade.

2.3.1 Sobre Educação na “Comunidade Volta de Cima” – Itajaí/SC

Segundo consta na história documental, e não referendada, da Escola Municipal Rural Rosa de Negreiros Cabral, e disponibilizada por Marilete Reis Sedrez (2017), supervisora escolar, a escola foi uma das primeiras intervenções significativas na comunidade, pois foi fundada há aproximadamente 112 anos, pela esposa do Sr. Cid Cabral, um dos primeiros colonizadores da comunidade, em época aproximadamente do ano de 1910, assim o mesmo possuía granja, e a escola objetiva as imagens da época foram perdidas ao alfabetizar os filhos dos trabalhadores da granja, assim a Sra. Rosa de Negreiros Cabral foi a primeira professora, e suas filhas deram continuidade.

Na atualidade, não há mais moradores descendentes, pois em decorrência das constantes enchentes, mudaram-se para o Estado do Paraná.

Documentos e imagens da época se perderam na enchente de 1983.

Também não há dados estatísticos comprobatórios acerca da população na localidade “Comunidade Volta de Cima” – Itajaí/SC, pois o censo demográfico IBGE, era elaborado considerando esta comunidade como parte integrante do Bairro Espinheiros. Assim neste aspecto a pesquisa ficou prejudicada, de modo a fazer uma análise reflexiva acerca deste crescimento na “zona rural” da comunidade objeto da pesquisa.

A escola proporciona “Ensino Fundamental”, e segundo consta das informações da própria escola, tem aproximadamente 40 alunos, que permanecem no estabelecimento educacional no horário das 8h às 17h, todos moradores da Comunidade.

Tem-se ainda, que a primeira escola já não mais existe, porém, sua reconstrução manteve os objetivos da época de sua fundação, que era oportunizar educação e conhecimento intelectual para os filhos de agricultores da comunidade, sendo esta importante intervenção educacional para a pequena comunidade:

Figura 18 – Escola Municipal Rural Rosa Negreiros Cabral



Fonte: Página do Facebook da escola.

Figura 19 – Escola Municipal Rural Rosa Negreiros Cabral comprova sua localização exatamente na volta do rio Itajaí-açu



Fonte: Página do Facebook da escola.

Figura 20 – Escola Municipal Rural Rosa Negreiros Cabral – residências em pequenos lotes demonstrando a urbanização da comunidade



Fonte: Página do Facebook da escola.

Oportuno trazer a reflexão se os possíveis equívocos praticados na educação escolar rural tornam-se ou não um empecilho na formação e valorização de aluno da comunidade rural, manifestação fundada a partir do pensamento de Fernandes (2002), ao discorrer que: [...] quando pensa o mundo e evidentemente, o meu próprio lugar a partir da cidade. Esse modo de pensar idealizado leva ao estranhamento de si mesmo, o que dificulta muito a construção da identidade, condição fundamental da formação cultural [...], quer seja quando o indivíduo é orientado a pensar mundo a partir de um lugar onde ele não vive, esse universo será idealizado, cria-se a noção de um não lugar. Geralmente, isso acontece com a população do campo, considerando que se precisam receber um currículo escolar voltado as especificidades rural.

Ainda conforme consta do material não referendado e disponível na escola: “As

primeiras famílias que se estabeleceram como moradores desde o surgimento da Comunidade Volta de Cima são: Cabral, Pereira, Nogueira, Silva, Coelho, Mellies e da Luz”. O documento não referendado destaca ainda que:

Relatos importantíssimos dos primeiros habitantes são da família da dona Rosa Negreiros Cabral que foram uma das primeiras famílias a morar na comunidade. A família tinha muitas posses no bairro, conhecida como a Fazenda Cabral, eles eram arrendatários de terra nesta região, arrendavam terras para a plantação de cana, milho, feijão e criação de gados. As famílias sempre ajudavam umas as outras, com a troca de alimentos e serviços, o dinheiro servia para a compra de vestuários e móveis para suas casas e muitas famílias até hoje cultivam sua própria alimentação (SEDREZ, 2017 – relato).

A importância de trazer a referência da Escola para o contexto da pesquisa, em primeiro momento decorreu em virtude de destacá-la como uma importante intervenção socioespacial, ocorrida há 112 anos, e também destacar a importância desta em evitar migrações diárias para bairros distantes, manter as tradições culturais da comunidade, e também considerar como uma forma de estimular o ensino de acordo com o local com o qual o indivíduo vivencia.

2.3.2 Sobre atividades esportivas na “Comunidade Volta de Cima” – Itajaí/SC

O documento ainda destaca a existência de um clube de futebol, fundado em 1931, trazendo significativas mudanças socioculturais para a Comunidade, senão vejamos:

Como espaço de lazer e entretenimento encontramos a Associação Esportiva Natalense Futebol Clube, fundada em 25 de dezembro de 1931, por Genésio Nogueira, porém, nos tempos de hoje, tal associação pertence a quatro proprietários que disponibilizam o espaço proporcionando momentos de convivência marcantes no bairro. É neste campo de futebol que a maioria da comunidade se reúne para prestigiar os jogos do time do Natalense, que disputa o campeonato amador da cidade de Itajaí/SC. Além de ser conhecido por abrigar o time do bairro, o maior time de futebol da cidade – o Clube Náutico Marcílio Dias treina neste campo, sendo motivo de muito orgulho para a população desta localidade. O campo Natalense, como é conhecido, está localizado na Rua Inspetor Othon João Nogueira, 926- Comunidade Volta de Cima – Itajaí (SC) (SEDREZ, 2017 – relato).

A prática esportiva na Comunidade vai muito além do viés lazer, pois tem-se que o esporte coletivo como o futebol objetiva o desenvolvimento da cidadania, por meio da inserção da comunidade num espaço que muito embora não seja público, mas permitem promover a reflexão sobre o pertencimento dos moradores ao ambiente, visto que esta integração desperta o sentimento de apropriação da comunidade (jogadores e torcedores), bem como sua preservação e proteção.

Figura 21 – Associação Esportiva Natalense Futebol Clube – Itajaí (SC)



Fonte: Google Earth Pro (2018).

Figura 22 – Equipe de futebol amador – Campeã 2015



Fonte: Federação Catarinense de Futebol.

Há também um “Jockey Club de Itajaí/SC”, que muito embora seja uma organização particular, há uma interação com a comunidade, pois possibilita o emprego em atividade com

características de ruralidade, mas associada ao lazer e esporte, trazendo uma diversidade cultural e social, especialmente em ocasiões que se realizam competições.

Corroborando com a ideia da importância desta inserção como transformação sociocultural, Dumazedier preleciona que: “O espaço do lazer, tanto quanto o espaço cultural, é um espaço social onde se estabelecem relações específicas entre seres, grupos, meios e classes” (DUMAZEDIER, 1974).

Ana de Pelegrin, faz a abordagem no sentido de que: “O espaço de lazer possui importância, pois é local de encontro e convívio: é no tempo do lazer que se vive o novo e o diferente, que se encontram possibilidades de questionamento das relações entre a sociedade e o espaço” (PELEGRIN, 1996).

2.3.3 Atividades com artesanato na “Comunidade Volta de Cima” – Itajaí/SC

Não menos importante é a existência de “Clube de Mães”, que foi fundado em 1986, por Ana Maria Coelho (*in memorium*), com a finalidade de proporcionar cursos de artesanato, pintura, crochê, costura e culinária. Referendando que esta iniciativa advém de políticas públicas do Município, e disponibiliza profissional denominada Educadora para o Lar que atende as mães nos cursos, sendo a Sr^a Mazilda Coelho Pereira que é filha de Ana Maria Coelho (*in memorium*) a integrante mais antiga. Atualmente o Clube de Mães é composto por onze mães, todas moradoras do bairro, e todo final de ano é elaborado uma exposição dos trabalhos na comunidade, como forma de também proporcionar uma renda extra, além do desenvolvimento sociocultural da comunidade.

2.3.4 Aspectos sobre religiosidade na “Comunidade Volta de Cima” – Itajaí/SC

Retomando as transformações socioespaciais da “Comunidade Volta de Cima”, faremos uma abordagem de manifestação religiosa, segundo relato do Sr. Almir Ramos Martins, há na Comunidade, duas Igrejas Católicas, ambas com o mesmo nome, uma denominada Comunidade do Divino Espírito Santo, fundada em 1966 (Figura 24), e outra denominada Igreja Divino Espírito Santo, fundada em 1952 (Figura 23), ambas conhecidas por suas festas populares, de origem secular portuguesa, que remonta à Idade Média, quando a rainha, esposa do Rei de Portugal – D. Diniz, fez promessa de festejar solenemente o Divino Espírito Santo caso o rei e seu filho terminassem a guerra que entre si faziam. Esta tradição se transplantou de Portugal para os Açores, chegou a Santa Catarina onde ainda permanece.

Figura 23 – Igreja do Divino Espírito Santo” – fundada em 1952 – festividades em homenagem ao Divino



Fonte: Facebook da Igreja Divino Espírito Santo.

Figura 24 – Igreja Comunidade do Divino Espírito Santo – 1966 – festividades em homenagem ao Divino e reuniões Clube de Mães



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2018).

Conforme consta em pesquisa realizada, a comunidade tem como seu Padroeiro Divino Espírito Santo porque o doador do terreno, dos dois terrenos, para a construção das duas igrejas, em uma conversa com a comunidade sugeriu este padroeiro, no qual ele era devoto por ter nascido na época de Pentecostes e todos concordaram.

O Catolicismo é a religião predominante a comunidade, contudo o bairro abriga outra corrente religiosa – Comunidade Evangélica Ágape, A Comunidade Ágape é uma comunidade cristã evangélica, fundada em 16 de maio de 2006 por um grupo de cristãos, com o seguinte fundamento, de que a essência de uma igreja é a congregação das pessoas que a compõem, mais um organismo vivo – que o Novo Testamento chama de corpo de Cristo – que uma organização/instituição religiosa, considerando que Cristã indica a orientação espiritual desta comunidade, a saber, comunidade de Jesus Cristo, alinhada com a história da cristandade, e Evangélica indica a tradição da cristandade com a qual a comunidade se identifica, a saber, a tradição oriunda da Reforma Protestante do Século XVI.

Figura 25 – Comunidade Evangélica Ágape – 2006



Fonte: COM ÁGAPE.

Importante trazer minha consideração respeito deste tema, pois entendo que a base religiosa pode assumir como estímulo para também formar lideranças na comunidade, vez que as pessoas na vivência espiritual podem interagir, socialmente, fortalecendo vínculos para construção de amizades, estímulo ao trabalho, sempre objetivando buscar um sentido mais profundo para a vida.

Segundo relato, as atividades da comunidade acontecem em torno das igrejas, e consideram relevante para o estreitamento de amizades e interesses gerais da comunidade.

2.3.5 Atividades empresariais na “Comunidade Volta de Cima” – Itajaí/SC

Imprescindível trazer a abordagem econômica da “Comunidade Volta de Cima”, como ponto de conflito em termos de planejamento territorial, base e principal reflexão para esta pesquisa, pois muito embora seja considerado um território rural, a proximidade com a BR 101, e as constantes inundações na comunidade, conforme já demonstrado por mapas, foram, segundo relato do Sr. Almir Ramos Martins, foram preponderantes para que alguns agricultores, vislumbrassem a desistência de continuar no campo, e desta forma começaram a desmembrar e vender suas propriedades para a espaços industriais, e/ou construções habitacionais, contrapondo com o que disposto na legislação municipal e a vocação rural da comunidade, assim sendo na atualidade há moradores na comunidade que continuam explorando a agricultura (2.000 hecatres aproximadamente), destacando-se a plantação do arroz, milho, feijão e aipim e no que tange à pecuária (400 hectares aproximadamente) para

criação de gado, e também com outras atividades como a Cooperativa de Reciclagem, Estaleiro Fibrafort, Empresa Conexão Marítima e Empresas de Exportação.

Da mesma forma que há incremento no processo de ocupação industrial na Comunidade, há simultaneamente adensamento residencial, caracterizando, pois uma “urbanização” local, estimando-se uma população local de aproximadamente 500 pessoas (MARTINS, 2018 – relato).

Assim a realidade desta comunidade, traz o confronto do antigo debate sobre o que é urbano ou rural, Endlich (2009), preleciona que existem vários juízos utilizados no tratamento e caracterização do rural e do urbano além do oficial, baseada nos limites oficiais que utiliza a “delimitação administrativa”⁴, a autora destaca outros, como o que se fundamenta na demografia, considerando os números da população absoluta, também o que se baseia na densidade demográfica e ainda o que considera a ocupação econômica da população para definir o que é cidade e o que é campo.

Santos (2006), traz na construção de seu pensamento que a cidade é traduzida como “centralidade”, quer seja um núcleo que exerce influência sobre o entorno, indicando que o urbano estende-se para além da cidade. Concluindo que o urbano é muito mais do que a forma, o urbano é conteúdo, é modo de vida, que ultrapassa as fronteiras da cidade, atinge o campo e supera o rural.

Assim, a “Comunidade Volta de Cima” – Itajaí/SC vem moldando-se de forma desorganizada, as novas realidades socioespaciais, onde denota-se com muita propriedade que na atualidade, vem sendo irreversível manter-se a conceituação de urbano e rural como espaços com finalidades e coexistências específicas, conforme apresenta-se as imagens da Comunidade objeto desta pesquisa:

Empresa Conexão Marítima Serviços Logísticos S/A

Fundada em 2004 na cidade de Itajaí/SC, atende as atividades de armazém geral, movimentação de mercadorias e contêineres. Desde então, foi realizado um amplo planejamento estratégico para a expansão de capacidade operacional do negócio, com o objetivo de ser o maior terminal retro-portuário da região de Itajaí/Navegantes em Santa Catarina.

⁴ IBGE, 2000. v. 7. É importante acrescentar que essa é a definição legal desde 1938 utilizada pelo IBGE, contudo, a partir de 1988 são as Prefeituras Municipais que definem o que é rural e urbano nos limites de seus municípios. As vilas também são consideradas urbanas. Assim, o urbano pela definição oficial corresponde às cidades e vilas. O restante do município é o rural.

A Figura 26 demonstra com muita clareza que indústria e agricultura compartilham de um mesmo espaço territorial, trazendo cada qual outros serviços imprescindíveis a subsistências de cada atividade, se por um lado a empresa traz movimentação e sonoridade de caminhões e contêineres, por outro a agricultura traz a modernidade de equipamentos, mas ambos trazendo em comum atividades que oportunizaram a degradação ambiental da localidade.

Figura 26 – Vista parcial da “Comunidade Volta de Cima” com destaque para a empresa Conexão Marítima



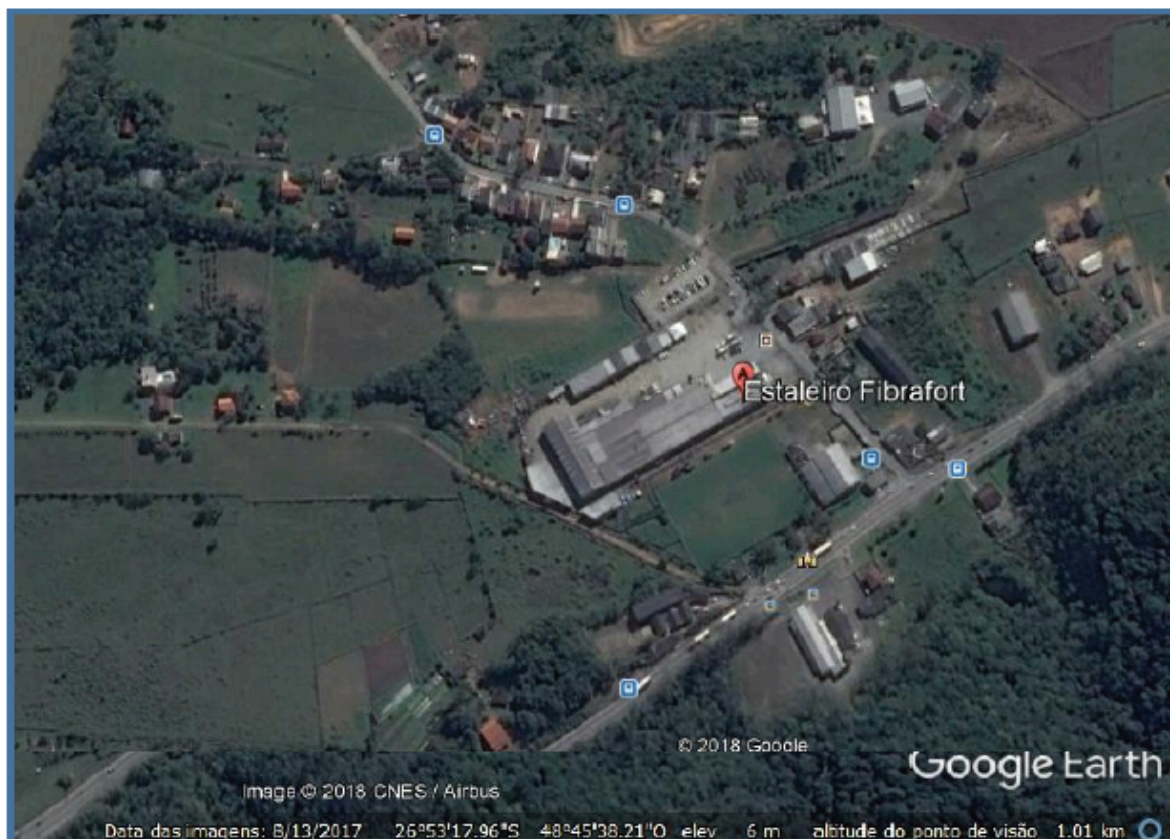
Fonte: Google Earth (2018).

Estaleiro Fibrafort

Fundado em 1989, em Itajaí/SC, é na atualidade o maior estaleiro da América do Sul em unidades produzidas na categoria de embarcações de esporte, lazer e pesca esportiva, classificados entre 15 pés e 25 pés, e exporta para 30 países.

A Figura 27 apresenta uma diversidade socioespacial, onde há áreas ainda preservadas, aglomerados urbanizados, atividades industrial e de agricultura.

Figura 27 – Imagem aérea do Estaleiro Fibrafort



Fonte: Google Earth (2018).

Oportuno trazer as considerações de Rua (2006), ao defender a ideia de “urbanidades no rural”, difere daqueles que falam de uma “urbanização do rural”, pois considera que esta levaria ao desaparecimento do rural que se tornaria urbano, enquanto aquela preservaria as especificidades do rural, contudo, considerando-o como um território híbrido, onde urbano e rural interagem, o autor em momento anterior, já defendia a permanência do rural, pois entende que não se trata do fim do rural destruído pela urbanização homogeneizadora:

[...] chamamos atenção para o processo de desenvolvimento do capitalismo que se dá de maneira desigual no espaço.[...] O rural, ao guardar especificidades das práticas espaciais de suas populações, garante (e, em alguns casos, fortalece) a identidade territorial que, mesmo submetida às lógicas difundidas a partir da cidade, ainda permite a essas populações uma certa autodeterminação (RUA, 2006).

Neste viés, traz-se a reflexão se houve que impactos e quais impactos que estas indústrias trouxeram na “Comunidade Volta de Cima” – Itajaí/SC, objeto da pesquisa, muito embora a atividade predominante ainda esteja vinculada à agropecuária, a intensidade ou não destes impactos e as possíveis mudanças sócio culturais, somente poderão ser determinadas

por um estudo mais aprofundado da região, considerando que nesta pesquisa limitou-se a trabalhar com imagens, relatos e pesquisa bibliográfica.

Diante da realidade socioespacial da “Comunidade Volta de Cima” – Itajaí/SC, surgiu a proposição de analisar a viabilidade de implantação de Cadastro Territorial Multifinalitário – CTM, é definido como é o inventário territorial oficial e sistemático de uma localidade, pois baseia-se no levantamento dos limites de cada parcela, que recebe uma identificação numérica inequívoca”, de modo a propiciar uma melhor gestão territorial para a localidade, oportunizando uma destinação mais adequada de acordo com a finalidade econômica do imóvel, e especificamente nesta comunidade pensar sobre a necessidade do equilíbrio ambiental, de modo a restringir o crescimento desordenado, bem como viabilizar o conhecimento geográfico da região.

Este tema será abordado no próximo capítulo, trazendo suas especificidades, conceito e sua aplicabilidade prática, mas para melhor compreensão da realidade socioespacial da referida comunidade, apresentara-se-á algumas imagens, conforme segue:

Figura 28 – Imagem da “Comunidade Volta de Cima”



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2018).

Figura 29 – Imagem da “Comunidade Volta de Cima”



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2018).

Figura 30 – Imagem da “Comunidade Volta de Cima”



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2018).

Figura 31 – Imagem da “Comunidade Volta de Cima”



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2018).

Figura 32 – Imagem da “Comunidade Volta de Cima”



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2018).

Figura 33 – Imagem da “Comunidade Volta de Cima”



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2018).

Figura 34 – Imagem da “Comunidade Volta de Cima



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2018).

Figura 35 – Imagem da “Comunidade Volta de Cima”



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2018)

Figura 36 – Imagem da “Comunidade Volta de Cima”



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2018).

Figura 37 – Imagem da “Comunidade Volta de Cima” – malha urbana



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2018).

Figura 38 – Imagem da “Comunidade Volta de Cima” – malha urbana



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2018).

Figura 39 – “Comunidade Volta de Cima” – casa que foi reduzida para dar espaço à construção da avenida



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2018).

Figura 40 – “Comunidade Volta de Cima” – casa/bar em que se realizaram os relatos da pesquisa



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2018).

A figura 39 é a imagem de uma residência, onde objetiva-se demonstrar que o terreno e a residência foram modificados para dar espaço para construção de uma avenida. Os moradores têm duas abordagens: por um lado entendem que faz parte do processo de melhoria e por outro lado sentiram-se injustiçados pela perda de parcela da propriedade, pelo fato de não terem sido indenizados pelo Poder Público Municipal.

Das falas aleatórias com moradores, Sr. Almir Ramos Martins e Sra. Sulimar Silva Martins, posto que não lhes foi apresentado questionário, pelo fato de que não fazia parte da metodologia da pesquisa, estes consideram que as empresas e o processo de urbanização são importantes, pois o sustento da agropecuária decaiu face as sucessivas enchentes e por conseguinte as constantes perdas financeiras.

Na atualidade, existem apenas três moradores descendentes das famílias que colonizaram a região, razão pela qual as informações ficaram restritas em termos de contribuição das mudanças socioespaciais.

Pelo todo demonstrado, tem-se que a apresentação da possibilidade de implantação do CTM, para o Conselho Municipal de Gestão de Desenvolvimento Territorial de Itajaí/SC, poderá ser uma alternativa de planejamento organizacional, de modo a conciliar estes contrapontos de ruralidade e urbanização, trazendo mais justiça social e equilíbrio econômico, diante disto, a sugestão a ser proposta será abordada no próximo capítulo, trazendo suas especificidades, conceito e sua aplicabilidade prática.

3 PROPOSTA PARA IMPLANTAÇÃO DO CADASTRO TERRITORIAL MULTIFINALITÁRIO PARA A “COMUNIDADE DE VOLTA DE CIMA” – ITAJAÍ/SC

3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A “COMUNIDADE VOLTA DE CIMA” – ITAJAÍ/SC

Nos capítulos iniciais realizou-se uma abordagem histórica trazendo até a atualidade aspectos acerca da territorialidade rural do município de Itajaí/SC, bem como da “Comunidade Volta de Cima”, objeto da presente pesquisa.

Do relato apresentado pelo morador mais antigo, Sr. Almir Ramos Martins (2018), pode-se destacar que as reiteradas enchentes (figuras 12, 13, 14, 15 e 16) trouxeram desalento aos agricultores da comunidade, que aos poucos foram dividindo suas terras, de modo que pudessem vender com mais facilidade, e por outro lado, a proximidade com a BR 101, despertou interesse em algumas empresas, segundo o relato, as empresas que ali se instalaram proporcionaram empregos e a permanência dos moradores na comunidade, e ainda o aumento populacional em decorrência da oferta de moradias na comunidade.

A pesquisa buscou compreender inicialmente o aumento populacional na “zona rural”, e no decorrer da pesquisa verificou-se que na realidade este aumento populacional decorre da expansão da malha urbana, de forma desordenada e sobrepondo-se sobre a “zona rural” do município de Itajaí/SC, neste contexto e especificamente na comunidade objeto da pesquisa.

Importa destacar que do rol de referenciais apresentados, optou-se pelo pensamento de autores, que entendem que na atualidade urbano e rural, são indissociáveis, portanto, com base nesta constatação o autor Veiga (2002) propõe o enfoque territorial como uma alternativa para substituir a tradicional dicotomia rural-urbano.

Neste viés e inspirando-se em estudo da OCDE (2002), identifica na abordagem territorial uma nova forma de definir o que é a ruralidade com base em critérios que captem a intensidade do uso do espaço rural pela pressão antrópica sobre os ecossistemas, ou seja, como o próprio autor prefere definir: “A distinção entre ambientes rurais e urbanos repousa, antes de tudo, no grau de artificialização dos ecossistemas, tendo então como ponto de partida a ecologia, isto é, o estudo dos habitats naturais de todas as espécies vivas” (VEIGA, 2002).

Assim sendo, e após identificar a ocorrência e transformações socioespaciais, vislumbra-se apresentar nesta pesquisa a ideia da implantação do CTM ao CMGDT-ITAJAÍ/SC, de modo a trazer o assunto para debater com a sociedade itajaiense, vez que é praticamente irreversível a expansão urbana sobre a “zona rural”, não apenas na Comunidade

pesquisada, como nas demais comunidades rurais do município de Itajaí, como método para ajustar as distorções decorrentes do uso inadequado da propriedade, afrontando não apenas a legislação municipal existente, mas também definir de forma mais eficaz a destinação da propriedade, interferindo diretamente na questão da cobrança de impostos e trazendo mais segurança jurídica, e concomitantemente definindo de forma mais eficaz a preservação de áreas ambientais.

Necessário de faz manifestar o quão é equivocada a conceituação utilizada pelo IBGE, para definir o que é ou não rural (sede = cidade = urbano = 14 % do município de Itajaí/SC, e neste viés traz-se a reflexão sobre a relevância de se definir o que é rural, a partir do grau de artificialização dos ecossistemas, cujo critério ou variável-chave poderia ser a densidade demográfica, que indicaria a pressão antrópica dos homens sobre os recursos naturais, assim, não menos relevante seria para que fins o imóvel estaria sendo utilizado, para práticas agropecuárias ou outra destinação residencial e/ou comercial.

Isto posto, pondera-se também que na “Comunidade Volta de Cima” – Itajaí/SC, a relação de emprego com a agricultura, continua exercendo um papel importante na manutenção de emprego na comunidade objeto da pesquisa, mas em decorrência das empresas ali instaladas, observou-se um incremento de trabalhadores que buscam realizar-se profissionalmente fora das propriedades rurais.

Diante do exposto, reitera-se que a presente pesquisa objetiva sugerir para o CMDG de Itajaí (SC) trazer ao debate com a sociedade a viabilidade de implantação do CTM, de modo a permitir uma nova forma de gestão do território rural, a partir dos interesses coletivos.

3.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CADASTRO TERRITORIAL BRASILEIRO – CTB

Muito embora o Cadastro Territorial Brasileiro possua estruturas distintas para as áreas urbanas e rurais, a propositura desta pesquisa é exatamente trazer uma abordagem conceitual e técnica mais atualizada, e frente à realidade apresentada na comunidade pesquisada, e trazer a reflexão da possibilidade de aplicabilidade do CTM urbano, também no território classificado ou conceituado como rural.

O cadastro dos imóveis rurais de todo o país é estruturado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, autarquia federal responsável pelo gerenciamento do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), nos termos do artigo 3º do Decreto nº 72.106, de 18/4/1973. Segundo dispositivo legal, o cadastramento dos imóveis rurais é realizado por ato declaratório do proprietário, do titular de domínio útil ou do possuidor a

qualquer título. O conteúdo literal e declaratório constitui o maior problema do SNCR, pois os dados que alimentam o sistema cadastral passam apenas por uma revisão formal, não havendo um controle quanto à veracidade do que foi declarado. Referenda-se que em conformidade com o disposto no inciso I do artigo 2º do Decreto nº 72.106/73, esse sistema cadastral de imóveis rurais está focado nos seguintes objetivos: arrecadação tributária (cálculo do ITR – Imposto Territorial Rural); política agrícola (orientação de assistência técnica e creditícia ao produtor rural); e reforma agrária e colonização (missão principal do INCRA).

Na análise de Carneiro, Erba e Augusto, enfatizam que em 1990, o INCRA deixou de ser responsável pela arrecadação do ITR (a competência passou a ser da Receita Federal) e, em 1999, o instituto deixou de pertencer à estrutura do Ministério da Agricultura, prelecionando o que segue:

Consequentemente, as finalidades de “arrecadação tributária” e de “política agrícola” deixaram de ser o foco do gestor do cadastro rural, portanto o cadastro tem sido administrado e produzido com ênfase quase exclusiva na reforma agrária e colonização. Em decorrência deste impasse, e também da necessidade de se obter um cadastro mais organizado, portanto com mais rigor em seu controle, o Governo Federal promulgou a Lei nº 10.267/2001, a qual criou o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR, mediante a alteração do artigo 1º da Lei nº 5.868/72: §2º – Fica criado o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR, que terá base comum de informações, gerenciada conjuntamente pelo INCRA e pela Secretaria da Receita Federal, produzida e compartilhada pelas diversas instituições públicas federais e estaduais produtoras e usuárias de informações sobre o meio rural brasileiro. O motivo propulsor dessa inovação legislativa foi a necessidade de acabar com a ocupação ilegal de terras públicas mediante a criação de instrumentos que pudessem identificá-las, separando-as do patrimônio privado (CARNEIRO, ERBA, AUGUSTO, 2012).

É indiscutível que a Lei nº 10.267/2001, inovou trazendo a reestruturação do sistema cadastral de imóveis rurais, inovando algumas regras do registro imobiliário e aperfeiçoando a estrutura geodésica do país, pois a legislação impõe que para dar sustentação ao CNIR, há obrigatoriedade do georreferenciamento de todos os imóveis rurais e na interconexão de informações entre INCRA e Registro Imobiliário, e na medida que a regra atual impõe que o levantamento seja feito com grande precisão posicional que demonstre a real localização, formatação e dimensão do imóvel rural, portanto um processo lento, diante da quase inoperabilidade do INCRA, frente a dimensão geográfica do país.

Destaca-se que, após dez anos da promulgação da lei, os obstáculos ainda se fazem presentes e carecem de ajustes emergenciais, considerando a necessidade de profissionais mais preparados, o que em conformidade com a antiga legislação não havia tal exigência, bem como a integração e cooperação entre diversas instituições, das quais muitas não estão tecnicamente preparadas.

No que tange o Cadastro Territorial Urbano, com previsão legal no Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257/2001, o cadastro é realizado de forma sistemática e centralizada, o cadastro das áreas urbanas no Brasil não possui uma estrutura administrativa concentrada nem padronizada, da mesma forma para implantação do cadastro territorial urbano, que deveria ser constituído por uma base cartográfica no qual apresenta graficamente a divisão do território em parcelas, mas no mesmo viés do cadastro territorial Rural, seria necessário levantar informações diretamente nas prefeituras, o que torna essa tarefa extremamente complicada, uma vez que o país possui municípios brasileiros com realidades socioeconômicas totalmente controversas e diferenciadas.

Para melhor esclarecer, a base descritiva do cadastro urbano é constituída por dados do imóvel e de seu proprietário ou possuidor. Segundo o modelo adotado em praticamente todo o país, estas informações são coletadas por intermédio de dois documentos: o Boletim de Logradouros (BL) e o Boletim de Cadastro Imobiliário (BCI).

As informações contidas nestes dois documentos correspondem à base de dados que viabiliza o processamento e o lançamento tributários.

Observa-se que diante de infinidade de dispositivos legais, há que se abordar a ineficácia prática dos mesmos, frente as realidades brasileiras, desde falta de estrutura de grande maioria das prefeituras municipais, quanto uma infinidade de imóveis em condição de irregularidade registral, portanto e diante da realidade acima explicitada, denota-se nas palavras de Carneiro, Erba e Augusto (2012), que o Brasil precisa urgentemente de um cadastro territorial projetado para servir de base para todos os demais cadastros temáticos, ou seja, há a necessidade de uma base cadastral única, que tenha utilidade para estruturar todos os demais sistemas de informações territoriais.

Assim sendo, a presente pesquisa, vislumbrou-se a viabilidade de estruturar um cadastro territorial, não apenas urbano, mas também o rural, nos moldes do CTM.

3.3 CADASTRO TERRITORIAL MULTIFINALITÁRIO – CTM

Inicialmente, antes de abordar o que consiste o CTM, cabe trazer a definição do que é Cadastro Técnico, que “é um sistema de informação da terra atualizado e baseado em parcelas, contendo um registro de interesses sobre a terra, a descrição geométrica das parcelas e outros registros que descrevem a natureza dos interesses e, frequentemente, o valor das parcelas e suas benfeitorias” (FIG, 1998), portanto deve ser entendido como um sistema de registro de propriedade imobiliária, feito de forma geométrica e descritivo, de modo a facilitar

o planejamento, de modo especial quanto a sua funcionalidade.

Com previsão legal, no Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257/2001, e posteriormente regulamentado pela Portaria nº 511/2009, tem em sua essência um sistema de informações de caráter local, objetivando subsidiar a tributação, o licenciamento de atividades, bem como a fiscalização de todas as funções que emanam da competência dos municípios, contudo não apenas para a gestão do espaço urbano, conforme prevê o artigo 17 da referida portaria, o mesmo poderá servir como base legal também para o território, senão vejamos:

Art. 24 O CTM integrado ao RI (SICART) é instrumento importante para a regularização fundiária.

Art. 25 O CTM contribui, na área de expansão urbana do município, para o planejamento e o reordenamento da distribuição fundiária rural em sua nova função urbana.

Muito embora, a fundamentação legal fosse pautada em forma explícita preocupação com o planejamento, visando questionar as questões tributárias, e ainda de acordo com a portaria, o levantamento dos limites de cada parcela será representado em um documento cartográfico com fins cadastrais, sendo que o CTM é composto por arquivos de documentos, de dados e da carta cadastral, e conceitua a carta cadastral como sendo a representação cartográfica do levantamento sistemático territorial do Município.

No Brasil, ao contrário do que ocorre em alguns outros países, não há uma legislação específica que trate do cadastro. Com isso, os “cadastros técnicos” ou os “cadastros imobiliários” são realizados sem que haja algum tipo de padronização de procedimentos na sua execução. Assim, por exemplo, poucos são os cadastros em que são realizadas medições dos limites dos imóveis. Normalmente, os cadastros técnicos ou os cadastros imobiliários são constituídos de uma relação (lista) dos imóveis de uma área com informações relacionadas a eles, no entanto, desprovidos de dados de natureza métrica/geodésica confiável e, portanto, constituem-se de fato em censos imobiliários (BRANDÃO; CARNEIRO; PHILIPS, 2010).

Nichols (1993) aduz que o “Cadastro Territorial Multifinalitário deve combinar elementos do cadastro fiscal (de apoio à tributação) com o cadastro jurídico (para apoiar transações de terras) e com cadastro territorial, sendo também capaz de apoiar uma vasta gama de projetos de gestão territorial”.

Importante referendar que as vantagens de desenvolver um CTM no território rural, não está condicionado as questões apenas de âmbito governamental, no sentido de corroborar o poder público na aplicação de políticas territoriais adequadas (ex.: redistribuição da terra, concessão de uso), arranjos institucionais (descentralização da gestão), estudos de respostas

emergenciais (ex.: atendimento por ambulância, localização de acidentes) e as soluções técnicas (ex.: utilização de SIG, sensoriamento remoto), mas também ao setor privado e a sociedade pela possibilidade de poderem planejar o uso de suas propriedades e demais projetos inerentes a estes.

Oportuno trazer a reflexão, de que após a aplicação do inventário do uso e ocupação das propriedades e atualizado com a sua situação jurídica, a análise ambiental, por exemplo, pode ser mais detalhada, facilitando o desenvolvimento socioeconômico sustentável e na gestão e proteção dos recursos naturais. Paixão (2010) enumera alguns dos benefícios potenciais do CTM, a seguir:

- a) Melhoria na precisão da avaliação para o imposto sobre a propriedade imobiliária – Os impostos podem ser aplicados de forma mais justa. A propriedade pode ser melhor apreciada no mercado imobiliário por meio de variáveis existentes no sistema cadastral (ex: características físicas da propriedade, localização, infraestrutura, etc.).
- b) Melhoria no uso e acesso aos dados – A propriedade real e suas restrições podem ser identificadas espacialmente. Além disso, o registro de terras pode ter um processo mais rápido porque o registrador pode confirmar, por exemplo, a descrição dos limites da propriedade. Os dados cadastrais também podem ajudar na concepção de programas eficientes de regularização da terra e identificar terras públicas susceptíveis à redistribuição.
- c) Redução dos custos – Proveniente da redução na duplicação da (re)coleta dos dados e da manutenção de vários conjuntos de mapas e bases de dados territoriais semelhantes localizados em diferentes departamentos. • Melhoria na decisão governamental – Dados atualizados não só melhoram a eficiência do governo em formular e implementar políticas públicas, mas ajudam a criar/gerenciar programas de regularização fundiária, proteção ambiental, uso sustentável dos recursos naturais, locação de unidades de saúde e escolas. Além disso, eles também forma mais eficaz, permitindo que o governo cumpra os regulamentos ambientais e sociais, e que o setor privado planeje projetos de infraestrutura e outros serviços básicos.
- d) Segurança da propriedade – Inventários atualizados sobre a propriedade real ajudam a melhorar a eficiência das transações das propriedades (ex: compra, venda), a apoiar o uso da terra no mercado imobiliário (ex: hipoteca e créditos) e a trazer transparência aos direitos reais, evitando disputas de terra, pois os limites são verificáveis.
- e) Inclusão Social – Este é um benefício importante que é obtido quando um CTM é atualizado e eficiente. A inclusão social ocorre, por exemplo, quando os endereços são atribuídos e os cidadãos não só são reconhecidos pela sociedade, mas também são capazes de exigir serviços básicos e serem incluídos nos programas sociais governamentais. Ter um endereço reconhecido implica, por exemplo, que os cidadãos podem ser encontrados em caso de desastres naturais, contas bancárias podem ser abertas e crédito concedidos (PAIXÃO, 2010).

É importante referendar que, a ideia de propor o debate para CMGT de Itajaí/SC, objetivando a implantação do CTM para o território rural da “Comunidade Volta de Cima” – Itajaí/SC, funda-se em ideia inovadora, e por esta razão, que ainda não há procedimentos e parâmetros técnicos para sua implantação a serem na presente pesquisa, pois uma das

principais características técnicas seria o estabelecimento de um identificador único para cada parcela que permite que todos os usuários reconheçam o mesmo objeto em seus sistemas de forma inequívoca, destaca-se ainda outra característica importante é a localização precisa e as dimensões de cada parcela, obtidas pela definição de seus vértices ao Sistema Geodésico Brasileiro.

Estas características técnicas seriam a base primordial para a implantação de um sistema multifinalitário, as diretrizes contemplam também orientações práticas para a determinação do valor do imóvel, contudo a preocupação maior reside, em organizar áreas territoriais, como a Comunidade objeto da pesquisa, onde há manifestadamente incongruências de ordem legal, tanto no que diz respeito ao CTB, como CNIR, este de modo especial, sem qualquer evidencia de controle e fiscalização.

Diante da proposta de trazer a ideia para debate, nesta pesquisa não será abordado de que como esse procedimentos poderiam se instituídos, pois dada a realidade da “Comunidade Volta de Cima” – Itajaí/SC, seria necessário encontrar um parâmetro em conformidade com a estrutura governamental, caso haja interesse na implementação da ideia proposta.

Referenda-se do mesmo modo, que a realidade brasileira, não difere da itajaiense e vice versa, pois, a separação entre o cadastro territorial e o cadastro jurídico demonstra a existência de diferentes sistemas de informação territorial, no caso do cadastro rural, interesse da presente pesquisa, essa separação reflete também em diferenças conceituais na definição da unidade territorial, como explicado em Paixão (2010) e Carneiro et al. (2011), entre INCRA e os serviços registraes já que esses conceitos dependem do uso de cada cadastro.

Por fim, é evidente que CTM é uma ferramenta essencial de suporte à tomada de decisões em projetos de gestão territorial, uma vez que é possível, por exemplo, identificar o detentor e seu tipo de domínio, as características geométricas do imóvel, seu uso, a valoração fiscal precisa, as restrições (terreno de marinha, atendimento ao zoneamento municipal, entre outros), e especial no território rural – CVC, objeto da presente pesquisa, considerando que a malha urbana e industrial vem sobrepondo-se sobre o território rural, modificando o uso e a ocupação do solo local, observando-se que para implantação CNIM, com o advento da Lei nº 10.267/2001, ficou evidente a necessidade da construção de uma base única de dados multifinalitários.

Diante do exposto, assevera-se que a legislação do georreferenciamento que criou o CNIR, as Diretrizes para a formação do CTM e o Decreto nº 6.666/2008, que estabeleceu a implementação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE, são normas pioneiras que indicam a possibilidade real de implementação de um cadastro territorial multifinalitário

rural, desde que construído mediante parcerias institucionais, face a complexidade da ocupação do solo, especialmente em áreas rurais, e dos direitos e restrições inerentes a essa ocupação, indicam a pertinência do desenvolvimento de sistemas cadastrais que contemplem a individualização desses direitos em informações tridimensionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da presente pesquisa, foi investigar, por meio do método misto e dedutivo, a ocupação socioespacial da “Comunidade Volta de Cima, Itajaí/SC, com intuito de verificar a viabilidade de apresentar ao CMGT do município de Itajaí/SC, a possibilidade de trazer ao debate a viabilidade ou não da implantação do CTM na referida comunidade.

Ao longo da pesquisa, foram abordados vários conceitos teóricos, enfatizando a temática de que rural-urbano, que veio de encontro com a realidade socioespacial na referida comunidade, considerando que há sobreposição da malha urbana no território rural, demonstrando portanto que o conjunto de espaços apresentam-se indissociáveis e solidários, muito embora contraditório frente as legislações vigentes.

Constatou-se ainda que a comunidade é manifestadamente caracterizada por espaços rurais-urbanos e industriais, contudo estão conectados, de forma miscigenadas, entre a cultura local do passado, com as práticas econômicas diversa da agricultura, além dos empregos nas empresas instaladas na comunidade, tem sido crescente a prática de construir para obter renda por meio de locação de moradias e galpões, trazendo um tom de urbanidade.

As atividades agropecuárias, ainda persistem, trazendo um tom de ruralidade, conforme demonstrado nas figuras ilustrativas, busquei a compreensão que é irreversível a atual realidade socioespacial, razão esta, que conclui, que é viável apresentar a proposta para implantação do Cadastro Territorial Multifinalitário, de modo a trazer um equilíbrio tributário, considerando que na comunidade nenhum morador ou empresário pagam IPTU, posto que a região que vinculo legal com o INCRA.

Para além, das questões tributárias, é manifesta preocupação com áreas ambientalmente protegidas, que vem sofrendo crescente degradação, desde a falta de mata ciliar às margens do Rio Itajaí Açu, até as morrarias.

É indiscutível que as transformações ocorridas na “Zona Rural de Itajaí/SC”, de modo especial na “Comunidade Volta de Cima”, objeto da presente pesquisa, denota modificações relevantes no espaço social, econômico e paisagístico, sendo merecedor de atenção, no que tange ao planejamento territorial, no sentido de melhor definir e adequar as propriedades em conformidade com sua finalidade de uso, quer seja rural, empresarial, residencial e ambiental, de modo a disciplinar a arrecadação tributária, pois na atualidade não há controle, visto que é área de gestão do INCRA.

A ideia de levar a proposição para analisar a viabilidade de debater com a sociedade a implantação do CTM para o poder Público Municipal, por meio dos Conselhos, é a única

forma de trazer a questão ao debate, especialmente, porque 86% do município de Itajaí/SC, são considerados “zona rural”, estão sob a administração do INCRA e Receita Federal, e da mesma forma deveriam estar sendo fiscalizados por estes órgãos públicos, especialmente no quesito arrecadação de impostos, portanto em decorrência destes equívocos legais, considerando que nem os representantes do Poder Público Municipal e tampouco o CGMDT, conseguem conter estes avanços que ora são desordenados, e menos ainda fiscalizar o disposto na legislação e no Plano Diretor de Itajaí (2006).

Anseia-se que a possibilidade de implantar do CTM- Rural, na comunidade pesquisada, poderá ser um grande desafio, mas não impossível, se houver interesse por parte do poder público em investir em planejamento territorial, de forma democrática e que vise o interesse da coletividade, em região que não desperta interesse por parte das grandes empresas do ramo da construção civil.

É preciso destacar que na atualidade os avanços tecnológicos, poderão servir como grande aliado no sentido de facilitar a demarcação de grandes áreas que possam viabilizar a implantação do CTM-Rural, pode-se considerar que o apoio de ordem tecnológica com instrumentos básicos como GPS até os demais que permitem realizar levantamentos com maior precisão, tais como fotogrametria, sensoriamento remoto, e demais equipamentos cada vez mais sofisticados, posto tem além da rapidez na coleta de dados, destaca-se a eficiência e precisão dos mesmos para a elaboração de cadastros e mapas territoriais.

A pesquisa limitou-se a apresentar uma ideia, fazendo-se necessário aperfeiçoá-la, caso o Poder Público Municipal tenha interesse em investir em políticas públicas voltadas ao planejamento territorial rural, portanto o tema não se esgota com a apresentação destes dados preliminares.

REFERÊNCIAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NB 1350 – Normas para elaboração de plano diretor**. Rio de Janeiro, 1991
- BENKO, G. A recomposição dos espaços. **Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v. 1, n. 2, p. 7-12, mar. 2001.
- BLACHUT, T. C. **Cadastre es a base of a general land of the the country**. Canada: Nacional Council, 1974.
- BRANDÃO, A. C.; CARNEIRO, A. F. T.; PHILIPS, J. **Atualidades, desafios e perspectivas do cadastro no Brasil**. In: Catastro, Formación, Investigación y Empresa – Selección de Ponencias del I Congreso Internacional de Catastro Unificado y Multipropósito. Universidad de Jaén: Serv Publicaciones, 2010.
- BRASIL, República Federativa do. **Lei Federal nº10.257, de 10 de julho de 2001**. Disponível em: <oareinis.jusbrasil.com.br/artigos/111808451/constituicao-estatuto-da-cidade-e-a-participacao-popular-nos-conselhos-gestores-das-cidades>. Acesso em: 19 nov. 2014.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 19 nov. 2014.
- _____. Decreto nº 311/1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del0311.htm>. Acesso em: 19 nov. 2014.
- _____. Decreto nº 4.449/2002. Regulamenta a Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001, que altera dispositivos das Leis nºs. 4.947, de 6 de abril de 1966; 5.868, de 12 de dezembro de 1972; 6.015, de 31 de dezembro de 1973; 6.739, de 5 de dezembro de 1979; e 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4449.htm>. Acesso em: 4 abr. 2018.
- _____. Decreto nº 72.106/73. Regulamenta a Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, que institui o Sistema Nacional de Cadastro Rural e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D72106.htm>. Acesso em: 4 abr. 2018.
- _____. Ministério das Cidades. **Portaria nº 511/2009. Diretrizes para criação. Instituição e atualização do Cadastro Territorial Multifinalitário**. DOU Nº 234, 08 de dezembro de 2009.
- CARDOSO, Elizângela Regina. **Raízes**. Itajaí, 2004.
- CARNEIRO, A.F.T; ERBA, D. A.; AUGUSTO, E. A. A. Preliminary Analysis of the Possibilities for the Implementation of 3D Cadastre in Brazil. 2nd International Workshop on 3D Cadastres 16-18 November 2011, Delft, the Netherlands. **Revista Brasileira de Cartografia**, nº 64/2, 2012.
- CORREIA, Roberto L. O espaço geográfico e algumas considerações. In: SANTOS, Milton. **Novos rumos para a geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Tradução Magda Lopes. Consultoria, supervisão e revisão técnica Dirceu da Silva. Porto Alegre: Artmed, 2010.

D'ÁVILA, Edison. 1929 – Surge a ACII – “Utilíssimo Grêmio”. Origem da ACII e a preocupação de comerciantes e industriais em se agremiarem. In: **ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE ITAJAÍ**. Itajai: UNIVALI, 2009.

_____. **Pequena História de Itajaí**. Itajaí: Prefeitura Municipal de Itajaí, 1982. v. 1.

DUMAZEDIER, Jofre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

ESTADO, de Santa Catarina. Secretaria da Defesa Civil. **Mapas das enchentes na cidade de Itajaí/SC**. Disponível em: <defesacivil.itajai.sc.gov.br/c/mapas>. Acesso em: 18 dez. 2017.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. São Paulo: UNESP, 2009.

ESTEVES, F. A. Considerations on the Ecology of Wetlands, With Emphasis on Brazilian Floodplain Ecosystems. In: SCARANO, F.R. & FRANCO, A. C. (eds.). **Ecophysiological Strategies of Xerophitic and Amphibious Plants in the Neotropics**. Séries Oecologia Brasiliensis, vol IV. PPGE-UFRJ. Rio de Janeiro, 1998.

FERNANDES, B. M. Diretrizes de uma caminhada. In: KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Org.). **Educação do campo: identidade e políticas públicas**. 2. ed. Brasília: UnB, 2002. v. 4. p. 89-101(Educação do Campo).

FIG. **The FIG statement on the cadastre**. FIG Publication n. 11, 1998. 1995. 0-644-4533-1

GRAZIANO DA SILVA, José [et.al]. **O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.2, n. 11, 1997.

IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Censo 2010**. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=420820&idtema=97&search=sant a-catarina%7Citajai%7Ccenso-demografico-2010:-resultados-da-amostra-migracao>. Acesso em: 29 mar. 2015.

ITAJAÍ, Município de. Secretaria Municipal de Agricultura e do Desenvolvimento Rural. **Diagnóstico Rural Participativo**. Prefeitura Municipal de Itajaí, Itajaí/SC. 2017.

_____. **Lei Complementar nº 94, de 22 de dezembro 2006, institui o Plano Diretor de Itajaí(SC)**. Disponível em: <www.leismunicipais.com.br/plano-diretor-Itajai-SC>. Acesso em: 19 nov. 2017.

_____. **Lei Complementar nº 215, de 31 de dezembro de 2012 – institui normas para o Código de Zoneamento, Parcelamento e uso do solo do Município de Itajaí(SC)**. Ano XIII – Edição Extra Nº 1175 - 31 de dezembro/2012. Disponível em: <intranet.itajai.sc.gov.br/pdf/2013-01-04-22788cd14f.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2017.

_____. **Escola Municipal Rural Rosa Negreiros Cabral**. Relato de Sedrez, Marilete Reis, agente escolar. 2017

KAZUO, Nakano. **Revisão do Plano Diretor Paulistano**. 2013. Disponível em: <jornalggn.com.br/blog/luisnassif/kazuo-nakano-e-a-revisao-do-plano-diretor-paulistano>. Acesso em: 23 abr. 2015.

LEFÈBVRE, Henri. Perspectivas da sociologia rural. In: MARTINS, J. de S. (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986.

LENZI, C. A. S. A saga de uma estrada. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**, n. 12, 3a fase, Florianópolis, 1993.

MAMIGONIAN, Armen. Gênese e objeto da geografia: passado e presente. **Geosul**, Florianópolis, v. 14, n. 28, jul./dez. p. 167-170, 1999.

- MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 19, p. 95-112. jul./dez, 2002.
- MARTINS, Almir Ramos. Morador da “Comunidade Volta de Cima” – Itajaí/SC – relato em junho de 2018.
- MARTINS, Sulimar Silva. Moradora da “Comunidade Volta de Cima” – Itajaí/SC – relato em junho de 2018.
- MATTEDI, Marcos Antônio. **As enchentes como tragédias anunciadas**: impacto da problemática ambiental nas situações de emergência em Santa Catarina. 1999. 284 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – UNICAMP, Campinas, 1999.
- METTE, Ana Luiz. Souza Elaine Cristina. Ilhota - **Encanto dos Belgas no Vale do Grande Rio**. 2009. Disponível em: <belgianclub.com.br/pt-br/col%C3%B4nia-belga-ilhota-em-santa-catarina>. Acesso em: 18 fev. 2018.
- MOREIRA, Sonia Miriam Teixeira. **Porto de Itajaí**: da Genese aos dias atuais. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.
- NICHOLS, S. Land Registration: **Managing Information for Land Administration**. Technical Report #168, Depat. of Geodesy and Geomatics Engineering, University of New Brunswick, Canada, 1993.
- OCDE, Organização para Cooperação de Desenvolvimento Economico (1996). **Rumo a um Desenvolvimento Sustentável Indicadores Ambientais**. Tradução Ana Maria S. F. Teles. – Salvador : Centro de Recursos Ambientais, 2002. 244 p. Série cader.
- PAIXÃO, S. K.S; NICHOLS, S.; COLEMAN, D. **Towards a Spatial Data Infrastructure: Brazilian Initiatives**. Revista Brasileira de Cartografia. 60(2), agosto, 2008. Disponível em: <www.rbc.ufjf.br/_2008/60_2_04.htm>.
- PEDROSO, S. F. **A carga cultural compartilhada**: a passagem para a interculturalidade no ensino de português língua estrangeira. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.
- PELLEGRIN, Ana de. O espaço e lazer na cidade e a administração municipal. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Políticas públicas e setoriais de lazer**: o papel das prefeituras. Campinas: Autores Associados, 1996.
- PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. Expansão Urbana e Turismo no litoral de Santa Catarina: O caso das microrregiões de Itajaí e Florianópolis. **Interações**, Campo Grande, n. 1, p. 101-111, jan/jun 2011.
- PEREIRA, C. R.Souza.S. Autora da dissertação e das Imagens apresentadas na pesquisa da “Comunidade Volta de Cima”- Itajaí/SC, 2018
- RIZZO, Paulo Marcos Borges. A natimorta Tecnópolis do Campeche em Florianópolis. In: PIMENTA, Margareth de Castro Afeche (Org.). **Florianópolis do outro lado do espelho**. Florianópolis: Editora da UFCS, 2005. p. 61-84.
- ROCHA, Paulo César. Sistemas rio-planície de inundação: geomorfologia e conectividade hidrodinâmica. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 33, v. 1, p. 50-67, jan./jul. 2011.
- RUA, J. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.
- SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método.

Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 54, p. 81-100, jun. 1977.

_____. **A urbanização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1993. 157 p.

_____. **Brasil urbano e Brasil agrícola e não apenas Brasil urbano e Brasil agrícola. A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 73-77.

_____. **Espaço e Método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

_____. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2. ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil – território e sociedade no início de século XXI**. São Paulo e Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEPÚLVEDA, Sérgio. **Desarrollo rural sostenible: enfoque territorial. métodos para planificación local**, editado, em 2002, na Costa Rica.

SILVA, Luiz Christiano Leite da. **Plano estratégico para o desenvolvimento local: um instrumento para a melhoria da qualidade de vida**. Campinas, SP: [s.n.], 2003. Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Mecânica.

SPRATT, C.; WALKER, R.; ROBINSON, B. **Mixed research methods. Practitioner Research and Evaluation Skills Training in Open and Distance Learning. Commonwealth of Learning**, 2004. Disponível em:

<www.col.org/SiteCollectionDocuments/A5.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2015.

TORSIANO, Richard Martins. **Rede Incra de Bases Comunitárias**. 2014. Disponível em: <www.catastrolatino.org/documentos/VIIsimposio_23062014/6%20Richard%20Martins-Brasil.pptm>. Acesso em: 19 dez. 2017.

VEIGA, José Eli. **O desenvolvimento agrícola; uma visão histórica**. São Paulo: Edusp/Hucitec. (2002) **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

VINHOLI, Ana Carolina. **Agricultura urbana: um estudo de caso em Itajaí**. Dissertação Mestrado. Orientador Prof. Dr. Pedro Martins. UDESC. 2011. Disponível em: <www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/867/ana_carolina_vinholi.pdf>.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	19
1 FORMAÇÃO SOCIAL, ECONÔMICA E ESPACIAL DE ITAJAÍ/SC.....	31
1.1 TERRITORIALIDADE RURAL DE ITAJAÍ/SC.....	36
1.2 DA “COMUNIDADE VOLTA DE CIMA” – ITAJAÍ/SC.....	38
2 ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO RURAL DE ITAJAÍ/SC.....	45
2.1 HISTORICIDADE DA OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO TERRITÓRIO RURAL DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ/SC.....	45
2.2 PANORAMA GEOGRÁFICO DA “COMUNIDADE VOLTA DE CIMA” – ITAJAÍ/SC.....	47
2.3 A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DA “COMUNIDADE VOLTA DE CIMA” – ITAJAÍ/SC.....	53
2.3.1 Sobre Educação na “Comunidade Volta de Cima” – Itajaí/SC.....	55
2.3.2 Sobre atividades esportivas na “Comunidade Volta de Cima” – Itajaí/SC.....	58
2.3.3 Atividades com artesanato na “Comunidade Volta de Cima” – Itajaí/SC.....	60
2.3.4 Aspectos sobre religiosidade na “Comunidade Volta de Cima” – Itajaí/SC.....	60
2.3.5 Atividades empresariais na “Comunidade Volta de Cima” – Itajaí/SC.....	63
3 PROPOSTA PARA IMPLANTAÇÃO DO CADASTRO TERRITORIAL MULTIFINALITÁRIO PARA A “COMUNIDADE VOLTA DE CIMA” – ITAJAÍ/SC.....	75
3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A “COMUNIDADE VOLTA DE CIMA” – ITAJAÍ/SC...75	
3.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CADASTRO TERRITORIAL BRASILEIRO – CTB....76	
3.3 CADASTRO TERRITORIAL MULTIFINALITÁRIO – CTM.....78	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS.....	85